

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO**

TALISSA GUIMARÃES SANTOS SOUSA

**Ocupação Efêmera da Feira do Livro de São Luís - FeliS e seus im-
pactos no Centro Histórico.**

**São Luís
2017**

TALISSA GUIMARÃES SANTOS SOUSA

Ocupação Efêmera da Feira do Livro de São Luís - FeliS e seus impactos no Centro Histórico.

Trabalho Final de Graduação apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão para obtenção de grau de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra.: Rose-France de Farias Panet.

São Luís
2017

Sousa, Talissa Guimarães Santos.

Ocupação Efêmera da Feira do Livro de São Luís - FeliS e seus impactos no Centro Histórico. / Talissa Guimarães Santos Sousa. - São Luís, 2017.

111 f.

Orientador (a): Prof. Dr^a. Rose-France de Farias Panet.

Monografia (Graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual do Maranhão, 2017.

1. Arquitetura Efêmera. 2. Centro Histórico. 3. Patrimônio Cultural. I. Título.

CDU: 728. 18 (812.1)

TALISSA GUIMARÃES SANTOS SOUSA

Ocupação Efêmera da Feira do Livro de São Luís - FeliS e seus impactos no Centro Histórico.

Trabalho Final de Graduação apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão como requisito de grau de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em: ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª Rose-France de Farias Panet (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão

Prof^ª. Dr^ª Grete Soares Pflueger
Universidade Estadual do Maranhão

Arquiteto Urbanista José Aquiles Sousa Andrade

Dedico este trabalho a todos que acreditam na literatura, na arquitetura e no urbanismo como formas de cultivar e disseminar conhecimento, assim como, de construir uma cidade mais humana.

AGRADECIMENTO

A Deus, pelo dom da vida, pela força e estímulo diário, por sempre me acompanhar e permitir que pessoas tão especiais estejam presentes na minha vida.

Aos meus pais, Carmen e João, por serem meus primeiros professores, pelos ensinamentos compartilhados, pelo eterno cuidado, amor e dedicação.

A minha irmã Talita, por ser minha maior amiga, incentivadora e protetora.

Aos tios Serginho e Franco e a minha avó Yolanda, por serem pessoas tão especiais, pelo carinho, apoio e respeito essenciais para o meu crescimento pessoal e profissional. (In memoriam)

A todos os meus familiares, por fazerem parte da minha vida mesmo com a distância física, pelo carinho e incentivo. Em especial, minha madrinha e tia Maria das Graças.

A minha orientadora Rose Panet, pela excelente orientação, dedicação e cuidado com o tema, pelos ensinamentos enriquecedores e por dar força a este projeto desde a primeira conversa.

A todos os docentes do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UEMA, pela dedicação e conhecimento passados.

Aos arquitetos Nielsen Castro e Raíssa Pacheco; aos engenheiros civis e técnicos em edificações Alfredo Alencar, Carlos Alecsandro, Yara Segunda, Francisco Rocha, Juscelino Sousa, Gilberto Mouchrek, Antonio Batista, Gustavo Macedo, Tiago Barbosa, Itaner Vale e Roberth David; aos engenheiros eletricitas Pedro Tavares, Ravilson Meireles e Laércio Castro; ao engenheiro mecânico Henrique; a designer Dulce Serra e a estagiária Evenlen Ferraz, todos da Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura da Procuradoria Geral de Justiça, em que tive o prazer de estagiar por dois anos. Pelo quais foram de profunda importância para o meu amadurecimento profissional e pessoal, sou grata por cada dia de muito conhecimento e aprendizado.

Aos engenheiros civis Elane Ferreira, Márcio Sena e Geremias Matos do Setor de Manutenção da Prefeitura do Campus Paulo IV, pela oportunidade de estágio, pelos conhecimentos compartilhados, pela atenção e dedicação.

A Meiri Farias, Beatriz Farias, Beatriz Prado, Manuelle Serêjo, Carlos Vital, Fabiana França, Diego Muniz, Antonielson Rodrigues e Bruno Adrian, pelos diálogos construtivos, companheirismo e amizade.

A Auricéia Castro, Nubiane Vieira, Monique Aguiar, Paula Maria Monte, Marcos Cardoso, Pauliane Santiago e Enéas Dias, companheiros essenciais para o desenvolvimento do curso e futuros grandes arquitetos urbanistas.

A equipe técnica e da comunicação da Secretaria Municipal de Cultura responsável pela organização da 10ª Feira do Livro de São Luís, pela paciência e suporte de informações para o desenvolvimento deste trabalho.

Por fim, aos professores da banca examinadora, Grete Soares Pflueger e José Aquiles Sousa Andrade, pelas considerações e avaliações esclarecedoras.

Talissa Guimarães.

"Abraçar a cidade para proteger sua memória.
Tocar delicadamente em sua história. Lembrar
da importância de preservar o patrimônio."

Sesi Bonecos do Mundo - 2016.

RESUMO

O projeto de pesquisa propõe um estudo de caso sobre ocupação e arquitetura efêmeras no espaço público do Centro Histórico pela Feira do Livro de São Luís - FELIS, na capital maranhense. O foco da análise foi compreender o impacto de uma ocupação e da arquitetura efêmeras do tipo feira literária. A escolha do projeto justifica-se pela vivência e observação do cotidiano no Centro Histórico, resultando na identificação de um potencial para discussão de questões como a relação entre a utilização dos espaços urbanos públicos e a ocupação, a criação, a produção cultural, a manutenção e preservação do patrimônio arquitetônico. Diante do exposto, este estudo investiga o impacto causado pela ocupação do Centro Histórico antes, durante e depois da realização do evento.

Palavras chaves: Arquitetura Efêmera; Centro Histórico; FeliS; Ocupação Efêmera; Patrimônio Cultural.

ABSTRACT

This project of research proposes a study of case about ephemeral occupation and architecture in the public space of the Historic Center by Book's Fair of São Luís - FELIS, in the capital of Maranhão. The focus of the analysis was understand the impact of an occupation and of the architecture ephemeral of the type literary fair. The choice of the project is justified by experience and observation of daily life in the Historic Center, resulting in the identification of a potential to discussion of questions like the relation between the utilization of spaces urban public and the occupation, the creation, the cultural production, the maintenance and preservation of the architectural patrimony. In view of the above, this study investigates the impact caused by occupation of Historic Center before, during and after the event's realization.

Keywords: Ephemeral Architecture; Historic Center; FeliS; Ephemeral Occupation; Patrimony Cultural.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da província do Maranhão.....	21
Figura 2 - Zonas e limites de proteção cultural no centro antigo de São Luís.....	23
Figura 3 - Velariae, estrutura efêmera para cobertura criada durante o Império Romano para eventos, feita de linho e cordas presas a mastros de madeira.....	35
Figura 4 - Pavilhão da Zara Hadid, em 2000, no Serpentine Gallery - Londres, utilizando tenda, em forma triangular, e uma estrutura metálica.....	35
Figura 5 - 4ª edição da Fliporto sendo realizada em Porto de Galinhas.....	48
Figura 6 - Estrutura efêmera utilizada na 6ª Fliporto em.....	48
Figura 7 - Espaço Fliporto Criança na 7ª edição da Fliporto.....	49
Figura 8 - Stands de livros na Fliporto de 2012.....	49
Figura 9 - Portal de entrada da Fliporto próximo à Igreja do Mosteiro de São Bento.....	50
Figura 10 - Mapa da Fliporto 2015 em Olinda.....	50
Figura 11 - Movimentação nas ruas durante a FLIP em Paraty.....	51
Figura 12 - Estrutura montada na 3ª edição da FLIP.....	51
Figura 13 - Esquema das estruturas efêmeras montadas nas edições da FLIP.....	52
Figura 14 - Estrutura da tenda dos Autores.....	52
Figura 15 - Estrutura montada para FLIP 2016.....	53
Figura 16 - Estrutura elaborada pelo escritório Mauro Munhoz Arquitetura.....	53
Figura 17 - Tenda da Flipinha instalada na Praça da Matriz.....	54
Figura 18 - Parte interna da tenda dos autores na FLIP.....	54
Figura 19 - Planta baixa do projeto da estrutura efêmera elaborada pelo escritório Mauro Munhoz Arquitetura.....	55
Figura 20 - Registro da primeira edição da Feira do Livro de Porto Alegre em 1955.....	57
Figura 21 - Registro da Feira na Praça da Alfândega em 1956.....	57
Figura 22 - Planta baixa do modelo 1 de stand.....	58
Figura 23 - Planta baixa do modelo 2 de stand.....	58
Figura 24 - Vista aérea da Feira do Livro na Praça da Alfândega.....	59
Figura 25 - Montagem da estrutura efêmera da Feira do Livro de Porto Alegre.....	59
Figura 26 - Estruturas efêmeras pela Praça da Alfândega.....	60
Figura 27 - Mapa de localização da 62ª Feira do Livro de Porto Alegre.....	60
Figura 28 - Estrutura efêmera montada na Praça Maria Aragão.....	66
Figura 29 - Planta Baixa da 1ª edição da FeliS.....	66
Figura 30 - Localização dos espaços na 1ª FeliS.....	67
Figura 31 - Stands e circulação da FeliS.....	68
Figura 32 - Planta Baixa da 2ª edição da FeliS.....	68
Figura 33 - Entrada do Espaço Cultural na 3ª edição da FeliS.....	69
Figura 34 - Circulação entre os stands.....	69
Figura 35 - Apresentação de poesias durante a 4ª edição da FeliS.....	70
Figura 36 - Espaço montado para receber as palestras.....	71
Figura 37 - Estrutura sendo montada na Praça Maria Aragão.....	71
Figura 38 - 5ª edição da FeliS montada na Praça Maria Aragão.....	72

Figura 39 - Circulação entre os stands no Ceprama.	72
Figura 40 - Auditório montado para o quarto centenário da cidade de São Luís.....	73
Figura 41 - Estrutura efêmera da 7ª FeliS sendo montada no bairro da Praia Grande.	74
Figura 42 - Montagens dos stands da 8ª edição da FeliS no Convento das Mercês.	75
Figura 43 - Espaço de palestras no pátio do Convento das Mercês.	75
Figura 44 - Montagem da estrutura efêmera no bairro da Praia Grande.....	76
Figura 45 - Estrutura efêmera da 9ª edição da FeliS na Rua do Trapiche.	76
Figura 46 - Localização dos espaços utilizados na 9ª edição da FeliS no bairro da Praia Grande, Centro Histórico.	77
Figura 47 - Cartaz da Campanha "Centro Histórico não é penico"	78
Figura 48 - Projeto de implantação da FeliS-2016.	81
Figura 49 - Área interna das estruturas efêmeras.	82
Figura 50 - Estruturas efêmeras montadas para abrigar os stands de livros.	83
Figura 51 - Ventilador mecânico de alta potência utilizado internamente.	83
Figura 52 - Iluminação natural da FeliS na Praça Nauro Machado.	84
Figura 53 - Condensadoras dos ares-condicionados e gerador instalados na lateral da Felis.....	84
Figura 54 - Estrutura efêmera montada para abrigar os stands na "Vila dos Livros" da Felis.....	85
Figura 55 - Estudo de ventilação e iluminação naturais na planta baixa da FeliS- 2016.	85
Figura 56 - Conjunto de banheiros químicos localizados próximo ao Centro de Criatividade Odylo Costa Filho.	86
Figura 57 - Piso Easy Floor utilizado nos espaços de circulação da FeliS-2016.....	88
Figura 58 - Piso Easy Floor na área de vivência "Pé-de-Livro" da FeliS.....	88
Figura 59 - Rampa de acesso ao auditório antes de receber a sinalização e proteção na lateral.....	89
Figura 60 - Tendões sendo montadas no estacionamento para a FeliS 2016.	90
Figura 61- Tendões sendo montadas na Praça da Casa do Maranhão para a FeliS 2016.	90
Figura 62 - Projeto estrutural e representação gráfica da tenda piramidal 12x12m. .	90
Figura 63 - Detalhe da estrutura da tenda utilizada na 10ª FeliS.	91
Figura 64 - Vista da cobertura das tendões instaladas na Rua do Trapiche para a 10ª FeliS.	91
Figura 65 - Projeto do Stand utilizado na FeliS.	92
Figura 66 - Montagem da estrutura de madeira na Praça da Casa do Maranhão.....	92
Figura 67 - Montagem dos stands na 10ª FeliS dentro da Casa do Maranhão.	92
Figura 68- Instalações efêmeras na Praça Nauro Machado durante a 10ª FeliS.	93
Figura 69 - Palco montado na Praça Nauro Machado durante a 10ª FeliS.....	93
Figura 70 - Cortejo artístico dos movimentos "O Circo tá na Rua" e "Maratuque" pela Rua Portugal na 10ª FeliS.	94

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Modos de transporte utilizados pelos entrevistados para acesso a FeliS.	82
Gráfico 2 - Classificação da localização da FeliS no Centro Histórico de acordo com os entrevistados.	82
Gráfico 3 - Classificação do Conforto Térmico e Acústico da FeliS de acordo com os entrevistados.	83
Gráfico 4 - Percentual de pessoas que afirmaram se sentir seguras durante a FeliS.	86
Gráfico 5 - Percentual de pessoas que consideram a FeliS como um evento que colabora para a preservação do Centro Histórico.	97

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnica
ALEM	Associação de Livreiros do Estado do Maranhão
CAU	Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
EEA	Evento Efêmero-artístico
FeliS	Feira do Livro de São Luís
FLIP	Festa Literária Internacional de Paraty
FLIPORTO	Festa Literária Internacional de Pernambuco
Fumph	Fundação Municipal de Patrimônio Histórico
FUNC	Fundação Municipal de Cultura
ICOMOS	Conselho Internacional para Monumentos e Sítios
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ONG	Organizações Não Governamentais
REM	Rede de Educadores em Museus do Maranhão
SECULT	Secretaria Municipal de Cultura
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SHU	Sítio Histórico Urbano
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.
ZPH	Zona de Preservação Histórica

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS: percurso histórico e diretrizes patrimoniais.....	20
2.1. BREVE HISTÓRICO	20
2.2. O ESPAÇO PÚBLICO DO CENTRO HISTÓRICO.....	24
2.3. CARTAS PATRIMONIAIS	26
2.3.1 CARTA DE ATENAS – 1931.....	27
2.3.2 CARTA DE VENEZA – 1964	28
2.3.3 DECLARAÇÃO DE AMSTERDÃ – 1975	29
2.3.4 RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI - 1976.....	30
2.3.5 CARTA DE WASHINGTON - 1987.....	31
2.3.6 CARTA DE PETRÓPOLIS - 1987	31
2.3.7 CONFERÊNCIA DE NARA - 1994	32
3. UM OLHAR TEÓRICO SOBRE OCUPAÇÃO E ARQUITETURA EFÊMERAS. ...	34
4. ESTUDOS DE CASO: outras feiras em Centros Históricos.....	47
4.1. FLIPORTO - OLINDA (PE).....	47
4.2. FLIP - PARATY (RJ)	51
4.3. FEIRA DO LIVRO DE PORTO ALEGRE - PORTO ALEGRE (RS).....	56
4.4. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS FEIRAS EM CENTROS HISTÓRICOS.....	61
5. PERCURSO HISTÓRICO: a FeliS entre a cidade e os livros.....	63
5.1. O SURGIMENTO DA FELIS E SEU DESENVOLVIMENTO.....	63
5.2. LINHA DO TEMPO: de 2007 a 2015.....	65
6. OCUPAÇÃO EFÊMERA: a FeliS e seus impactos no Centro Histórico.	79
6.1. DADOS OBSERVADOS E COLETADOS - FeliS 2016.....	80
6.2. ACESSIBILIDADE E ESTRUTURA.....	87
6.3. IMPACTOS GERADOS ANTES, DURANTE E DEPOIS.....	94
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103
APÊNDICE.....	107

1. INTRODUÇÃO

A cidade é um organismo que se mantém vivo através do que o movimentamos. O Centro Histórico representa o surgimento desse organismo, de onde procede toda a existência de uma civilização, se estabelecendo como o marco de uma população e o início de sua história. Movimentá-lo é garantir que a história da cidade se mantenha viva, é preservar as origens, é valorizar seu rico patrimônio arquitetônico, histórico e cultural.

Partindo do olhar da Arquitetura e do Urbanismo, o presente trabalho nasce da observação do centro antigo da capital maranhense e dos movimentos de ocupação efêmera dos espaços públicos, do crescente sentimento de pertencimento à cidade, da valorização do nosso patrimônio e da inserção de atividades artístico-culturais que visam ampliar o acesso à cultura, à história, à memória coletiva e a integração da população com a cidade. Assim como, pela percepção do uso da arquitetura efêmera, da infraestrutura utilizada e dos aspectos que interessam ao estudo da arquitetura e urbanismo quando são realizados projetos arquitetônicos de intervenção, mesmo que efêmeros, em ambientes históricos.

Durante todo curso de Arquitetura e Urbanismo foram desenvolvidos debates, leituras e experiências que visavam destacar a importância do Centro Histórico de São Luís, enquanto arquitetura e patrimônio material e imaterial. O estabelecimento deste estudo está no entendimento das intervenções arquitetônicas e urbanísticas, nos conceitos, no histórico e nos exemplos de intervenções, de objeto e características, semelhantes ao estudo de caso, ou seja, feiras literárias efêmeras que se instalam em Centros Históricos.

Para o início do estudo, compreender que a capital maranhense foi inserida pela UNESCO, em 1997, na lista do Patrimônio Mundial como "*Sítio do Patrimônio Cultural*" foi de extrema importância. Uma vez que o desenho urbano do Centro Histórico e a arquitetura civil foram os dois elementos que justificaram a inserção na lista, estando adequados a três critérios básicos definidos pela UNESCO. Na qual foram observados também, os conceitos de *Integridade* e *Autenticidade*. Sendo de fundamental importância para a preservação da memória, identidade e cultura dos

povos da humanidade, em que o Centro Histórico de São Luís foi reconhecido pelo ser de um valor excepcional universal¹ e o entendimento da relevância desta titulação traz uma maior atenção e cuidado, a fim de preservá-lo e protegê-lo.

A escolha pelo objeto Feira do Livro de São Luís - FeliS - se justifica pela sua inserção no bairro da Praia Grande, no Centro Histórico, e por apresentar as características de ocupação do espaço público e por ter uma estrutura efêmera física que se encaixa nos padrões de projetos arquitetônicos e por, desta forma, passar por todos os trâmites e processos desde concepção projetual até às instituições que regem as normas técnicas, fiscalizam a execução e conduzem os princípios da nossa profissão para chegar à concretização do projeto, sendo a montagem da feira.

A FeliS chega a sua 10ª edição em 2016 mantendo como seu objetivo principal alimentar a produção criativa para mediar a leitura, assim como, ocupar os espaços que são culturais e patrimoniais do Centro Histórico. A FeliS destacou-se em suas últimas edições pela ocupação de diversos espaços lineares e não lineares, como a praça Maria Aragão, o Convento das Mercês e o bairro da Praia Grande, no Centro Histórico de São Luís. Bairro este que se caracteriza por conter uma forte influência em suas edificações de arquitetura tradicional portuguesa. Este trabalho considera a edição de 2016 para as devidas análises estruturais e conceituais que cabem à Arquitetura e ao Urbanismo, destacando-se os impactos gerados no Centro Histórico e nas pessoas.

O Centro Histórico é uma área na qual se inserem diversos usos com predominância de Instituições e Órgãos públicos, como o Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, teatros, museus, feiras, comércios, serviços e algumas residências, hotéis e pousadas. Em 2016, este espaço foi tomado pela ocupação efêmera que é a Feira do Livro de São Luís, tendo duração de sete dias. Desta forma, observou-se que o cotidiano do Centro Histórico é marcado por dois momentos distintos: 1) a ocupação dos espaços durante os cinco dias úteis da semana, quando as atividades institucionais são realizadas, tendo por este motivo uma demanda de pessoas transitando com frequência pelas ruas e edi-

¹ Expressão utilizada pela UNESCO para denominar os lugares que fazem parte da lista do Patrimônio Mundial.

ficações; 2) ocupação aos fins de semana, período em que ocorre um perceptivo esvaziamento devido à ausência das atividades laborais e comerciais que o movimentam. Nestes dias registram-se atividades pontuais de cultura e lazer articuladas pela sociedade civil, ONG's e entidades de naturezas diversas.

Ocupar os espaços públicos lineares - ruas, calçadas e fachadas - e os espaços públicos não lineares - praças e largos - são fatores que ganham destaque quando se pensa em ocupação efêmera. Sobretudo quando existe a iniciativa por meio da realização de uma feira do livro, uma vez que junto ao potencial histórico, cultural e arquitetônico, a capital maranhense se destaca por possuir uma grande quantidade de escritores com reconhecimento nacional e uma notória valorização de suas produções literárias. Analisando a feira enquanto evento efêmero, com duração de sete dias, que atrai um público com um perfil diferente do usuário habitual do dia a dia do Centro Histórico, percebe-se um potencial para a discussão de questões como a relação da utilização dos espaços urbanos públicos e privados com a ocupação, a criação, a produção cultural, a manutenção e a preservação do patrimônio arquitetônico.

Para desenvolver a pesquisa, foi realizado um estudo teórico de autores da Arquitetura, do Urbanismo, da História, da Antropologia Urbana, da Geografia e da Sociologia a fim de que as leituras esclarecessem os conceitos que envolvem o estudo das cidades, a efemeridade das ocupações e da arquitetura no contexto da sociedade atual, o espaço urbano público enquanto ambiente físico e de relações sociais, a formação da cidade de São Luís e as formas de construção, as normas e os princípios das questões patrimoniais. Em seguida, é apresentada uma pesquisa que busca analisar o estabelecimento de um evento efêmero e os impactos gerados em um Centro Histórico.

Assim, no Capítulo 1 é descrito um breve panorama sobre a formação da cidade de São Luís e a concepção do Centro Histórico, sendo enfatizada a história da capital, desde a sua localização, ocupação pela expedição francesa em 1612, passando pela reconquista das terras maranhenses pelos portugueses até a constituição do traçado urbano, das características urbanísticas adotadas e da forma de ocupação. Chegando ao acervo arquitetônico do Centro Histórico, os tombamentos Federal, Estadual e Municipal, e por decretos que visam garantir a proteção e defesa

do patrimônio cultural através de instrumentos legais e o reconhecimento e relevância da cidade como Patrimônio Mundial pela UNESCO.

Tais informações foram acrescentadas à análise para que as definições estabelecidas por arquitetos urbanistas sobre cidade, espaços públicos e os elementos que o compõem pudessem ser descritas, assim como a relação com a população e a definição dentro do Centro Histórico. Uma vez que a cidade, para alguns especialistas, possui como função o encontro das pessoas e o espaço público, por meio das ruas e praças, torna-se o cenário desses encontros. Desta forma, as Cartas Patrimoniais que salvaguardam o perímetro histórico foram destacadas como fontes inesgotáveis de conhecimento e orientação, se relacionando diretamente com o patrimônio cultural, patrimônio arquitetônico, patrimônio urbano, gestão das cidades e dos conjuntos urbanos históricos. E estando presentes nas práticas patrimoniais utilizadas no Centro Histórico de São Luís.

Em seguida, o Capítulo 2 faz referência desde os conceitos e teorias que embasam os estudos sobre ocupação efêmera dentro do planejamento urbano das cidades até como promoção de um movimento de apropriação do espaço público. Assim como, o surgimento das formas de arquiteturas efêmeras, ao longo da história, até a utilização na atualidade por meio de projetos arquitetônicos bem estruturados em grandes exposições e eventos. Considerando que os estudos sobre o processo da inserção da arquitetura e da ocupação efêmeras se baseiam em diversas questões como um instrumento do poder público para estimular a ocupação em horários inusitados, a promoção de um movimento de apropriação dos espaços públicos e a potencialidade gerada por meio de eventos culturais para a transformação da cidade.

No prosseguir desta pesquisa, o Capítulo 3 apresenta a atuação de feiras literárias que se caracterizam pela efemeridade da ocupação e por estarem situadas em Centros Históricos de diversos estados do país, tornando-se referências pelo retrospecto histórico existente. A FLIPORTO-PE, a FLIP-RJ e a Feira do Livro de Porto Alegre-RS se encaixam no perfil estabelecido, portanto, são apresentadas as histórias de surgimento e desenvolvimento, ao longo dos anos. Assim como, as atividades estabelecidas, a relação com os Centros Históricos, o patrimônio arquitetô-

nico e as intervenções e estruturas efêmeras montadas nos espaços públicos, por meio das suas formas de organização e objetivos de constituição.

O Capítulo 4 apresenta o objeto Feira do Livro de São Luís por meio de um percurso histórico que enfatiza o surgimento da feira e a instituição da Lei Municipal nº 4.449, de 11 de janeiro de 2005 que dispõe dos critérios para nortear a organização e a dinâmica montada para estimular a produção cultural. Os espaços - lineares e não lineares - ocupados durante a realização das edições da FeliS, dentre os anos de 2007 a 2015, são descritos em linha do tempo, assim como as características especiais de cada edição.

Por fim, o último capítulo busca analisar os aspectos da ocupação e instalação da arquitetura efêmera da 10ª edição da FeliS, em 2016. Sendo parte das observações a relação de um espaço público com um evento efêmero, os impactos gerados pela presença das estruturas e das atividades artístico-culturais dentro do Centro Histórico, os pontos de análise da arquitetura e do urbanismo como: os acessos, a acessibilidade, a iluminação, a ventilação, a segurança, os banheiros e os espaços utilizados. Assim como, o posicionamento da equipe técnica da FeliS e o diálogo com os frequentadores, expositores e moradores do centro antigo. A percepção sobre o encontro da população com a história patrimonial local gerando, desta forma, a ação de devolver ao cidadão a sensação de pertencer à história e, por consequência, à cidade.

Todo o estudo proposto por este trabalho deseja contribuir para as discussões a cerca dos movimentos de ocupação das cidades, de apropriação dos espaços públicos, as estruturas efêmeras utilizadas pela arquitetura, as possibilidades que a promoção de eventos culturais efêmeros em ambientes históricos podem acarretar para a cidade, assim como para a percepção das questões patrimoniais existentes por meio das reflexões recomendadas pelas Cartas Patrimoniais e pelas legislações sobre o patrimônio. E desta forma, fortalecer os olhares para o Centro Histórico não apenas como parte de um passado, mas como parte integrante da cidade nova que também precisa ser vivida.

2. CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS: percurso histórico e diretrizes patrimoniais.

A cidade de São Luís, capital do Maranhão, com 831,7km² de área, está localizada ao norte do Estado, e divide com os municípios de Raposa, São José de Ribamar e Paço do Lumiar o território na ilha de mesmo nome. São Luís está na parte ocidental da ilha. Os quatro municípios, junto com Alcântara, este localizado no continente, formam a região metropolitana da Grande São Luís.

O Centro Histórico de São Luís, situado à oeste da ilha entre os Rios Anil e Bacanga, é uma área definida por meio de zonas e limites de proteção cultural. Esta parte da cidade está caracterizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), pelos tombamentos Federal, Estadual e Municipal, e por decretos que visam garantir a proteção e defesa do patrimônio cultural através de instrumentos legais.

Neste capítulo serão abordados os aspectos históricos da fundação da cidade, o desenvolvimento de seu traçado, os parâmetros utilizados para a sua definição como Patrimônio Cultural da Humanidade, a identificação dos espaços públicos e as cartas patrimoniais que salvaguardam o seu perímetro histórico.

2.1. BREVE HISTÓRICO

São Luís foi ocupada em 1612 por uma expedição francesa com a intenção de fundar uma colônia, a França Equinocial. A ocupação se estabeleceu ao redor do Forte de Saint Louis, nome dado em homenagem ao Rei Luís XIII. De acordo com o "Guia de Arquitetura e Paisagem de São Luís" (2008), a construção do Forte foi finalizada em 8 de setembro de 1612.

Em 1614 o Governador Geral do Brasil organizou o envio de tropas militares a fim de expulsar os franceses do Forte. Após três anos e quatro meses, em 1615, as terras maranhenses foram reconquistadas pelos portugueses. Dando início à colonização, onde o nome São Luís foi mantido para a região urbana e o forte rebatizado de Forte de São Felipe em referência ao Rei da Espanha e Portugal, Felipe IV, conforme Viana (2013).

Figura 1 - Mapa da província do Maranhão.



Fonte: João Teixeira Albernaz, o velho (1602 - 1666) apud Luis Phelipe Andrès, 1998.

O traçado urbano de São Luís foi desenvolvido a partir do código urbanístico retirado das Ordenações Filipinas, que "refletiam as expectativas renascentistas de beleza, simetria e ordenação racional dos espaços públicos, surgida com a descoberta do desenho em perspectiva" ². O traçado em malha ortogonal foi adotado pelo engenheiro-mor Francisco Frias de Mesquita, que executou todo o plano de arruamento da cidade. No livro "São Luís, Capital Moderna e Cidade Colonial", José Antonio Viana afirma que as características deste traçado estão na não hierarquização das ruas sem definir funções específicas entre elas, a orientação realizada através dos pontos cardeais, a fim da insolação e a ventilação chegassem a todas as edificações que foram pensadas para ter suas fachadas alinhadas em lotes e sem a presença de recuos.

A partir desse modelo é que foi dado início a ocupação da cidade, onde foram destinadas as áreas para a atividade comercial, chamada cidade baixa, e para as atividades administrativas, religiosas e militares, cidade alta (VIANA, 2013, p.35). O desenho urbano do Centro Histórico se manteve nos séculos XVIII e XIX, até na expansão da cidade em direção ao interior da ilha também foram utilizadas orientações de morfologia e condições geográficas. Este traçado não passou despercebido por viajantes estrangeiros que o avaliaram como regular, com ruas bem calçadas e imponentes construções, sendo bem qualificadas no quesito salubridade do ambiente urbano³.

² Ver São Luís - Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem, p.14.

³ Viajantes como Daniel Parish Kidder, Robert Avé-Lallemant e George Gardner estiveram em São Luís e registraram suas impressões sobre a cidade. Ver VIANA, 2013, p.38.

A localização geográfica da ilha banhada pelos Rios Anil e Bacanga, entre as baías de São Marcos e de São João, foi um fator de grande importância para os contatos comerciais do interior com a metrópole. Viana (2013) aponta que com a criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará, em 1617, e a instalação da Câmara Municipal de São Luís, o Maranhão foi integrado à Coroa Portuguesa e São Luís foi elevada à categoria de Vila, em 1619. Com a criação da Diocese do Maranhão, São Luís tornou-se cidade em 1677. Na qual já era uma necessidade descrita desde 1640, devido ao processo de urbanização crescente.

O acervo arquitetônico que constitui o Centro Histórico é composto por edificações que seguiram os mesmos princípios estilísticos utilizados no Barroco Pombalino (VIANA, 2013, p. 40). Aos modelos adotados para a arquitetura maranhense foram realizadas intervenções, a fim de adaptar as construções à realidade das condições da cidade. Segundo dados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em toda a cidade, são aproximadamente quatro mil imóveis tombados entre sobrados, solares, casas térreas e edificações com até quatro pavimentos.

Segundo Viana (2013), os primeiros registros de tombamentos federais em São Luís ocorreram em 1940, no qual limitaram-se aos bens pertencentes à Igreja, como a Capela de São João das Laranjeiras e do Portão Armoriado da Quinta das Laranjeiras. Apenas em 1955 os conjuntos urbanos foram tombados pelo governo federal, sendo os Conjuntos Arquitetônicos e Paisagísticos das praças João Francisco Lisboa e Benedito Leite, o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Largo do Desterro e o Acervo Arquitetônico e Paisagístico da Praça Gonçalves Dias⁴.

O Centro Histórico foi tombado e recebeu a denominação de Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de São Luís em 1974 pelo IPHAN⁵. Sendo uma área de aproximadamente sessenta hectares, no qual fazem parte os bairros da Praia Grande, Desterro e Ribeirão. A partir da década de 80 foram iniciados, por meio do Decreto nº10.089, os tombos estaduais em torno do perímetro de tombamento federal. Na esfera municipal, as medidas tomadas para a proteção do perímetro histórico

⁴ Ver VIANA, 2013, p.52

⁵ Ver IPHAN - portal.iphan.com.br/pagina/detalhes/34

vieram com o Plano Diretor (Lei nº 3.252) e a Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (nº 3.253), sendo criada a Zona de Preservação Histórica (ZPH).

Figura 2 - Zonas e limites de proteção cultural no centro antigo de São Luís.



Fonte: São Luís, ilha do Maranhão e Alcântara - Guia de Arquitetura e Paisagem, 2008.

O Centro Antigo é uma região que ao longo das décadas de 80 e 90 recebeu diversas intervenções urbanísticas, no qual foi realizada a recuperação da infraestrutura. Sendo feita a renovação das redes de água, esgoto e drenagem, a substituição parcial da rede telefônica e elétrica aérea pela subterrânea, bem como a construção de praças, jardins e alargamento de calçadas⁶. Investimentos na área de habitação, empreendedorismo e institucional também foram feitos como parte integrante do projeto de Revitalização do Centro Histórico.

Em 1997, a cidade foi inscrita na Lista do Patrimônio Mundial na UNESCO com base em três critérios definidos por documentos do *Conselho Internacional para Monumentos e Sítios (ICOMOS)*⁷. Os critérios utilizados foram:

⁶ Ver São Luís - Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem, p.48.

⁷ ICOMOS é uma organização não governamental que reúne profissionais da área de patrimônio cultural, no qual trabalham em prol da conservação e proteção de monumentos e sítios de interesse patrimonial. Sendo reconhecido oficialmente como conselho consultivo da UNESCO.

- (iii) fornecer um testemunho único ou excepcional, sobre uma tradição cultural ou uma civilização viva ou desaparecida;
 - (iv) ser um exemplo eminentemente representativo de um tipo de construção ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre um ou vários períodos significativos da história humana;
 - (v) ser um exemplo relevante de formas tradicionais de assentamento humano ou de utilização da terra ou do mar, representativas de uma cultura (ou de várias culturas), ou de interação do homem com o seu meio, sobretudo quando este tornou-se vulnerável devido ao impacto causado por alterações irreversíveis;
- (CONSELHO INTERNACIONAL PARA MONUMENTOS E SÍTIOS, 1997)

A justificativa dada à escolha, pelos critérios, levaram em consideração principalmente dois pontos: o desenho urbano que se manteve original e a arquitetura civil. No documento da UNESCO, São Luís foi descrita com um excepcional exemplo de cidade colonial adaptada às condições climáticas e que tem preservado o seu tecido urbano, harmoniosamente integrado com o seu ambiente natural.

Os conceitos de *Integridade* e *Autenticidade* foram destacados na avaliação. O documento afirma, quanto à Integridade, que a permanência intacta do tecido urbano reflete a essência das origens e a preservação do Centro Histórico, que não se perdeu mesmo com a expansão da cidade. Contudo, alerta para a vulnerabilidade ao abandono e negligência, sendo necessárias medidas de reabilitação urbana. Quanto ao quesito Autenticidade, é destacado que os materiais e substâncias dos edifícios, ruas e espaços urbanos são mantidos e respeitados diante a sobreposição dos vários períodos da evolução do Centro Histórico. De forma que os usos, tradições e costumes da identidade cultural local são preservados.

2.2. O ESPAÇO PÚBLICO DO CENTRO HISTÓRICO

Os espaços públicos são, segundo o arquiteto urbanista Luiz Rivera de Castro (2007), os lugares urbanos que, juntamente com infraestrutura e equipamentos coletivos, garantem a vida comum, sendo como exemplo: as ruas, as praças, as avenidas, os parques. Locais responsáveis por agregar e incluir pessoas, grupos e instituições, sendo carregados de funções e formas. Além de espaços geradores de oportunidades, possibilidades de integração e dissipação de arte, cultura e lazer.

Conforme Larissa Zarpelon (2013), os espaços públicos podem ser considerados como:

Mais do que espaço residual entre edifícios ou espaço de trânsito, esta é ainda a principal função do espaço público: ser o espaço de todos, lugar da igualdade e da livre expressão. Dentre todas as outras características do espaço público, a liberdade, sem a qual este perde a sua essência, nos parece a mais significativa, pois é a base do coletivo, do urbano. (ZARPELON; 2013. p.19)

A cidade, para alguns especialistas, possui como função o encontro das pessoas e o espaço público, por meio das ruas e praças, torna-se o cenário desses encontros. Desempenhando um papel de grande importância, ao ser considerado que as práticas exercidas no cotidiano dos espaços vividos indicam apropriação e geram uma familiaridade com a própria cidade e, por meio das experiências vivenciadas, tornando-se possível a transformação deste espaço em lugar⁸.

Para Arantes (2006), a construção de sentido de lugar dentro do espaço público está diretamente associada às questões atuais de uso do patrimônio, sobretudo nas áreas centrais das cidades. Uma vez que a cidade funciona através das experiências, em um tempo-espaço que o torna um marco territorial, cultural e histórico estando ancoradas na memória e ampliando os sentidos de localização e de pertencimento⁹. A valorização dos conceitos de espaço público se vincula também à ideia dos direitos culturais, sendo um lugar de caráter e engajamento cívico, estabelecendo conexões diretas com a elaboração da cidadania e da civilidade, visando a humanização e a retomada da escala humana, nas cidades.

Os elementos que compõem o espaço público podem ser classificados em linear e não-linear. O espaço público linear compreende as ruas, as avenidas e os becos, distribuídos segundo o perfil transversal a três dimensões, no qual é indicado o tipo de circulação permitida. Em contrapartida, o espaço público não-linear compreende os largos, os parques e as praças - por exemplo, as praças Nauro Machado, Valdelino Cecio, da Faustina e da Criança, no perímetro do Centro Histórico -

⁸ Ver BALDISSERA, 2011, p.43-44.

⁹ Ver ARANTES, 2006, p. 430.

no qual são classificadas de acordo com o tipo de pavimentação utilizado e à existência ou não de mobiliários urbanos adequados (BURNETT, 2010).

Tais espaços são destinados à vivência, permanência, passagem e realização de eventos, possuindo significados para os estudiosos. Para Jaime Lerner (1978), as ruas, enquanto espaço linearmente definidos, são mais que local de trânsito. São o que ele chama de "garantidoras de continuidade nas cidades", servindo como local de encontros e descobertas.

Dentro do espaço urbano, as praças são consideradas como espaços de "expressão cultural urbana"¹⁰, carregado de simbologias e memórias locais. Funcionando como um elo de relações, envolvendo uma convivência ativa entre pessoas e com a cidade. As praças, enquanto espaço não edificado, são voltadas ao convívio, relacionando à esfera da vida pública; envolvendo a natureza das ações e dos eventos que nela ocorrem. Conforme estabelece Dóris Baldissera (2011):

A praça é um dos principais elementos com papel de orientação dentro da cidade, definindo os traçados e os fluxos; é um dos mais significativos espaços urbanos abertos, lugar de contato, de trocas sociais, da diversidade e dos acontecimentos. (Baldissera; 2011. p.37)

O Centro Histórico de São Luís apresenta diversos espaços públicos dentro dos limites de tombamento Federal, Estadual, Municipal e da UNESCO. Sendo assim, para a manutenção e preservação destes espaços são estabelecidas normas, diretrizes e documentos do IPHAN e de organizações responsáveis pela salvaguarda do perímetro patrimonial que visam garantir que as intervenções necessárias sejam tomadas da forma mais correta, sem danos ao patrimônio.

2.3. CARTAS PATRIMONIAIS

As Cartas Patrimoniais são fontes inesgotáveis de conhecimento e orientação, a fim de que sejam salvaguardados os bens patrimoniais. A produção das cartas, em sua maioria, é realizada por meio dos encontros de instituições interna-

¹⁰ Ver ALEX, 2008.

cionais como o ICOMOS e da UNESCO. Conforme Cabral e Lira (2012), apesar das cartas serem documentos que visam aplicações internacionais, cada país possui liberdade para elaborar as suas próprias que, desta forma, tornam-se mais específicas, pois consideram as características sociais, econômicas e culturais existentes no local.

Inicialmente as medidas administrativas adotadas visavam à proteção de edificações consideradas importantes em uma determinada sociedade. A partir do século XIX, começaram a ser organizados pensamentos que envolviam a proteção dos patrimônios culturais. Contudo, apenas no início do século XX foram sendo colocadas em prática as posturas, decretos e legislações¹¹. Segundo Araújo (2002), as cartas apresentam como uma das suas principais atribuições à identificação e a proteção dos bens, enquanto, patrimônio da humanidade.

Neste item serão destacadas as principais cartas patrimoniais internacionais e nacionais que foram elaboradas para a proteção e salvaguarda dos patrimônios. No qual se relacionam diretamente com o patrimônio cultural, patrimônio arquitetônico, patrimônio urbano, gestão das cidades e dos conjuntos urbanos históricos. Estando presentes nas práticas patrimoniais utilizadas no Centro Histórico de São Luís.

2.3.1 CARTA DE ATENAS – 1931

A Carta de Atenas foi a primeira carta elaborada e publicada. O documento explica a importância da preservação do patrimônio cultural diante de toda a humanidade, destacando a necessidade da interação conjunta dos diversos países e a relevância dos usos como forma de ocupação dos monumentos de valor histórico.

De acordo com Cabral e Lira, esta carta incentiva a manutenção regular e permanente para que sejam evitadas as reconstituições integrais. Portanto, a utiliza-

¹¹ Ver site da Secretaria de Estado da Cultura do Estado do Paraná, Coordenação do Patrimônio Cultural.

ção dos monumentos, com ocupações originais ou de acordo com o permitido, é destacada como meio para se assegurar a vida, características históricas e as perspectivas no seu entorno.

A valorização dos monumentos, os materiais utilizados na restauração, os fatores de deterioração dos monumentos e as técnicas de conservação são pontos destacados na carta. Assim como, a diretriz que recomenda a eliminação das placas de publicidade, postes e dos fios que estejam atrapalhando na apreciação dos monumentos. Conforme Ghignatti (2015), esta recomendação foi seguida em São Luís na implantação do Projeto Reviver e por meio do Decreto Municipal 12.149 de março de 1993, que faz a proibição de publicidade nos edifícios.

A Carta de Atenas visualiza a proteção patrimonial de forma exclusiva, considerando os monumentos isolados. Em São Luís, isto é percebido por meio dos primeiros tombamentos. No qual as edificações foram tombadas de forma isolada como, por exemplo, a Capela de São José (tombamento em 1940) e a Igreja Catedral de Nossa Senhora da Vitória (tombamento em 1957). Por fim, a carta apresenta os itens de divulgação e educação patrimonial como um dos meios mais eficazes para que os objetivos da conservação possam ser alcançados e disseminados para o maior número de pessoas¹².

2.3.2 CARTA DE VENEZA – 1964

A carta de Veneza surge em 1964, no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos do ICOMOS, com a finalidade de conservação e restauração dos monumentos para salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico¹³.

De acordo com Cabral e Lira (2012), a Carta de Veneza é um passo importante, pois é através dela que a leitura do patrimônio como elemento isolado co-

¹² Ver Iphan, Acervos e Publicações: Carta de Atenas, 1931.

¹³ Ver Iphan, Acervos e Publicações: Carta de Veneza, 1964.

meça a ser superado. Sendo entendida a necessidade de abranger, como patrimônio, os conjuntos urbanos e as edificações mais simples que tenham absorvido, com o tempo, valor cultural.

Assim como a Carta de Atenas, a carta de Veneza endossa os termos que sugerem a manutenção permanente como forma de conservação e uma destinação que venha a ter uma função útil na sociedade, dentro dos limites de modificação que autorizam as normas.

2.3.3 DECLARAÇÃO DE AMSTERDÃ – 1975

A declaração de Amsterdã é um documento que considera que todos os edifícios e conjuntos urbanos, com interesse histórico ou cultural, fazem parte do patrimônio arquitetônico e que, desta forma, devem ser protegidos conforme normas e diretrizes. Sendo proposto que o patrimônio seja tratado como parte integrante da cidade, pois possui uma função social a cumprir¹⁴.

Para a conservação é indicado que sejam realizadas ações de divulgação e educação patrimonial, defendendo que o patrimônio atenda a demanda e as necessidades que a vida contemporânea exige. Entretanto, deve ser respeitado o uso adequado. Nesta carta é construído o conceito de conservação integrada, em que para que seja realizada as aplicações técnicas e a escolha das funções apropriadas nas áreas históricas devem-se considerar diversos valores, tanto de caráter econômico quanto cultural.

A declaração de Amsterdã faz referência também à reabilitação dos bairros antigos, destacando que ela deve ocorrer sem interferência na composição social dos habitantes. Ainda afirma que cabe aos urbanistas "reconhecer que os espaços não são equivalentes e que convém tratá-los conforme as especificidades que lhes são próprias" (Declaração de Amsterdã, 1975). E às autoridades responsáveis,

¹⁴ Ver CABRAL e LIRA, 2012, p.65.

que estabelecem programas de aprendizado, um esforço para levar aos jovens o conhecimento e despertar o interesse pela atividade de conservação.

2.3.4 RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI - 1976

Este documento ressalta a importância da salvaguarda dos conjuntos históricos e a sua função na vida cotidiana, uma vez que considera que os conjuntos históricos ou tradicionais compõem o ambiente cotidiano dos seres humanos, ressaltando que eles são a representação viva do passado. Considerando que:

Os conjuntos históricos ou tradicionais constituem através das idades os testemunhos mais tangíveis da riqueza e da diversidade das criações culturais, religiosas e sociais da humanidade e que sua salvaguarda e integração na vida contemporânea são elementos fundamentais na planificação das áreas urbanas e do planejamento físico-territorial. (Recomendação de Nairóbi; 1976. p.01).

A recomendação de Nairóbi entende como conjunto histórico ou tradicional tanto um agrupamento de construções quanto de espaços, sendo no meio urbano ou no rural, tendo coesão e valor reconhecidos enquanto arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, estético ou sociocultural¹⁵. Os conceitos de ambiência e salvaguarda também são definidos, com o intuito de uso dentro da própria recomendação. Sendo de real importância para o entendimento dos princípios de proteção do patrimônio.

O texto ainda destaca a necessidade de formulação de políticas de conservação em todas as esferas: Nacional, Regional e Local, a fim de que as medidas jurídicas, técnicas, econômicas e sociais possam ser adotadas para a elaboração de planos e programas de salvaguarda, buscando sempre a participação dos indivíduos e de associações privadas.

¹⁵ Ver Iphan, Acervos e Publicações: Recomendação de Nairóbi, 1976.

2.3.5 CARTA DE WASHINGTON - 1987

A Carta de Washington é a Carta Internacional para a salvaguarda das Cidades Históricas - ICOMOS, que define os princípios, objetivos, métodos e todos os instrumentos necessários para a salvaguarda da qualidade das cidades históricas. A carta compreende que as cidades, grandes ou pequenas, os centros ou bairros históricos, em ambiente considerado natural ou edificado, apresentam valores que são como marcas para as civilizações urbanas tradicionais. Desta forma, "todas as cidades do mundo são uma expressão material através da história, sendo, por este fato, históricas" (Carta de Washington, 1987).

Os planos de ordenamento e de urbanismo são levados em consideração nesta carta, pois apresentam valores a preservar como, por exemplo, a forma urbana definida pela malha fundiária e pela rede viária, a forma e o aspecto dos edifícios, as relações da cidade com o seu ambiente natural ou criado pelo homem, as vocações da cidade adquiridas ao longo de sua história, entre outros. O Centro Histórico de São Luís foi inserido na Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO justamente por apresentar dois dos valores acima citados: a forma urbana preservada e as características arquitetônicas, sendo portanto, necessária a conservação e proteção constante.

Assim como as demais cartas, a Carta de Washington destaca a importância da participação e do envolvimento dos habitantes da cidade, pois através da conscientização de todos torna-se mais favorável a salvaguarda das cidades e bairros históricos, pois toda intervenção referente a eles visa, em primeiro lugar, seus habitantes.

2.3.6 CARTA DE PETRÓPOLIS - 1987

A Carta de Petrópolis foi produzida durante o 1º Seminário Brasileiro para a Preservação e Revitalização de Centros Históricos. No qual foi estabelecido que o

Sítio Histórico Urbano (SHU) comporta as paisagens naturais e construídas, em que há uma vivência dos habitantes em um espaço composto em passado e presente. Espaço este que "concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações"¹⁶.

A consolidação da cidadania, a expressão cultural e a produção social são pontos destacados nesta carta, uma vez que é tomado como objetivo a preservação de maneira a promover a reapropriação política do espaço urbano pelo cidadão. Dentro do SHU, é estimulada a característica de polifuncionalidade na qual a diversidade de usos, como forma de abrigar no mesmo espaço os universos de cultura, trabalho e cotidiano, gera também a preservação.

O documento destaca que para a preservação do Sítio Histórico Urbano é de extrema importância a integração dos órgãos federais, estaduais e municipais, assim como a participação da sociedade. São Luís, enquanto SHU, conta com as ações integradas por meio dos tombamentos realizados por todas as esferas em seu perímetro urbano.

2.3.7 CONFERÊNCIA DE NARA - 1994

A Conferência de Nara reuniu especialistas para organizar um documento que discorre sobre autenticidade em relação à convenção do Patrimônio Mundial. Este documento foi concebido para desenvolver e ampliar os conceitos já discutidos na Carta de Veneza em 1964. Sendo de interesse considerar os valores de autenticidade na conservação e na identidade cultural do mundo contemporâneo, como forma de clarear a memória coletiva da humanidade¹⁷.

Para Cabral e Lira (2012), a partir da Conferência de Nara alguns critérios passaram a ser considerados, a fim de se compor a autenticidade do patrimônio cultural, sendo eles: o uso, a função, o espírito e o sentimento. Outro ponto é que o do-

¹⁶ Ver Iphan, Acervos e Publicações: Carta de Petrópolis, 1987.

¹⁷ Ver Iphan, Acervos e Publicações: Conferência de Nara, 1994.

cumento coloca a diversidade cultural como provedora da autenticidade e as tradições culturais como uma realidade do tempo e espaço que deve ser respeitada em todos os aspectos e por todas as culturas.

3. UM OLHAR TEÓRICO SOBRE OCUPAÇÃO E ARQUITETURA EFÊMERAS.

A cidade é um organismo que se mantém vivo através do que a movimenta e a transforma. Esta constante transformação, não somente da cidade como de seus habitantes, resulta em um grande número de manifestações pelo incentivo à utilização dos espaços que a compõem, tornando-se cada vez mais forte. Desta forma, os estudos sobre o processo da inserção da arquitetura e da ocupação efêmeras se baseiam em diversas questões como: um instrumento do poder público para estimular a ocupação em horários inusitados, a promoção de um movimento de apropriação dos espaços públicos e a potencialidade gerada por meio de eventos culturais para a transformação da cidade. Conforme considera Patrícia Rodriguez Aloma:

Considerar o espaço público como o lugar por excelência para interagir com a arte em geral: uma galeria gigante, um enorme museu, um teatro singular... onde as mais diversas manifestações artísticas podem ter lugar de maneira efêmera, temporal ou mesmo permanente. Isto permite democratizar o consumo cultural. (ALOMA, P. R; 2013, p.02)

O termo "ocupação" é visto por especialistas em planejamento urbano como uma ação de apropriar-se de um espaço ou imóvel, por um determinado tempo e com uma finalidade. A expressão "efêmera" surge no contexto da arquitetura e do urbanismo, segundo Puentes (2013), para designar intervenções físicas nas cidades com caráter passageiro. Tais intervenções, quando do tipo artísticas, são vistas como geradoras de transcendência entre a cidade e o tempo (GOMES, 2009). Na qual são estabelecidas as relações de arte/arquitetura/cidade e/ou arte/lugar/cidade e que, por consequência, podem alcançar a cidadania e os direitos humanos¹⁸.

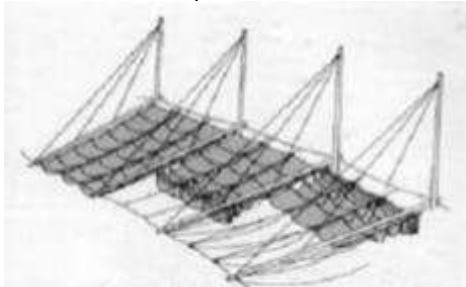
Quando está relacionado aos termos arquitetônicos, o efêmero surge associado a construções específicas destinadas a dar apoio às grandes festividades ou eventos, alojamentos temporários ou manifestações religiosas (RIVAS, 2015, p.06). As origens da utilização deste tipo de arquitetura provêm das sociedades nô-

¹⁸ Ver GOMES, 2009, p.17.

mades, sendo resultado da necessidade de abrigo (ROMANO; DE PARIS; NEUENFELDT, 2013, p.05). De forma semelhante, peregrinos e militares utilizaram tendas como forma de permanência em um local por pouco tempo, no qual fosse rápido, seguro e eficaz para se construir, conforme sugere Rivas. Ao longo dos anos, as estruturas foram sendo sofisticadas e as finalidades de utilização ampliadas.

Os primeiros indícios de arquitetura efêmera voltadas para exposições e eventos datam da Idade Moderna, segundo Monasterio (2006) apud Romano; de Paris; Neuenfeldt (2013). Tendo na Revolução Industrial sua maior utilização por conta dos desenvolvimentos tecnológicos. Os avanços estruturais que surgiam demonstravam uma nova tendência em se pensar projetos arquitetônicos, no qual passaram a serem utilizadas estruturas metálicas, tensionadas e os sistemas de encaixe proporcionando uma maior flexibilidade de execução e posterior reconstrução¹⁹. Tais estruturas são pensadas para se adequarem ao espaço utilizado e ao tipo de atividade que será desenvolvida.

Figura 3 - Velariae, estrutura efêmera para cobertura criada durante o Império Romano para eventos, feita de linho e cordas presas a mastros de madeira.



Fonte: Jota; Porto, 2004.

Figura 4 - Pavilhão da Zara Hadid, em 2000, no Serpentine Gallery - Londres, utilizando tenda, em forma triangular, e uma estrutura metálica.



Fonte: Estúdio Metropolitano, 2009.

¹⁹ Ver "Estudo das Evoluções e Tecnologias da Arquitetura Itinerante" - Mackenzie; ROMANO; DE PARIS; NEUENFELDT, 2013.

As ocupações se misturam com a arquitetura quando são realizados eventos que se instalam em um espaço e se utilizam de estruturas temporárias para que se concretizem as atividades propostas. Desta forma, são conceitos que podem coexistir a partir do momento em que se define um uso para o espaço. Um determinado uso, mesmo que efêmero, deixa marcas profundas em um espaço urbano, pois este uso é responsável pela criação de traços que organizam os comportamentos definindo gestos e explicitando-se por meio de formas de apropriação dos lugares. O tempo pode ser caracterizado, segundo Ana Fani Carlos (2007), como uso quando se identifica a duração de uma ação no espaço, sendo revelados modos que influenciam a apropriação. Ao se ocupar um espaço com ações não planejadas ou pré-determinadas surgem novos movimentos sociais ou políticos que visam à participação e conexão entre espaços²⁰. Segundo Vaz e Jacques (2006), a significação de um espaço vai além das perspectivas da materialidade:

Enquanto ocupar, frequentar e se apropriar²¹ de lugares e culturas são práticas e ações que fazem parte do processo de territorialização ou de construção e um determinado território, criando volume e significados através da vivência, nós também podemos pensar que esses territórios podem não ser materiais ou formais, mas puramente simbólicos, ficções que podem se territorializar em imaginários (VAZ; JACQUES, 2006, p.76)

As experiências como atividades efêmeras apreendem o espaço urbano levando em conta a realidade da vida urbana e de quem o utiliza. No contexto de interações entre o espaço e seus elementos evidencia-se a produção de dois aspectos: 1) a construção social do espaço, referenciada pelos produtores e produtos de prática social; 2) a construção espacial da sociabilidade pública, que são os produtos e produtores das espacializações da vida social. Desta forma, reflete-se que o que move as pessoas está entre o presente, a memória, o interior e o coletivo (LEITE, 2007 apud NARDI, 2015, p.130). Outros pontos para a ocupação de um espaço são a variedade de funções, as formas e o uso, pois estimulam e atraem o usuário.

A ocupação efêmera dos espaços públicos é vista por muitos especialistas como uma oportunidade de requalificação dos espaços, além de possuir como

²⁰ Ver SASSEN, 2013 apud YAMAWAKI; BORDINI; NETO, 2015.

²¹ Ver LEFEBVRE, 1991, p. 111-112.

principal objetivo "devolver a rua ao cidadão" ²². Sendo uma busca pelo reestabelecimento de um vínculo do cidadão com a cidade, pois uma ocupação é capaz de deixar diversas marcas, impactos, intensidades e permanências nos lugares (SANSÃO, 2012 apud JIMENEZ; MESENTIER, 2015, p.2). Desta forma, as associações feitas entre eventos e espaços públicos são de grandes contribuições que visam aumentar a importância do local e o seu valor enquanto marco (LYNCH, 1997 apud SILVA e Lay, 2012).

A intenção de uma ocupação efêmera está no resgate das funções de sociabilidade dos espaços públicos, por vezes desgastados e esquecidos. Conforme Lefebvre (1969) e Alves (2010) a importância de um evento, no espaço público, está na reunião de possibilidades de encontros, interação e reapropriação. As manifestações e comemorações nos espaços públicos são vistas como estimulantes de civilidade e da qualidade de vida urbana. Além de devolver a este espaço a dimensão do lúdico, da festa e do espontâneo²³. Para Daniel Paz (2008), a arquitetura efêmera é empregada quando se visa acrescentar e melhorar o desempenho de um lugar para uma finalidade igualmente temporária.

Segundo Benhur Costa (2005), durante a realização de um evento efêmero-artístico (EEA), é possível que seja absorvido pelo indivíduo que participa, sensações causadas por experiências de relacionamento que são responsáveis por um processo de identificação, tanto individual quanto coletivo. Este processo reflete nas escalas urbanas, pois implica na territorialização²⁴ gerando a permanência identitária. Conforme afirma Lucas Fuini (2014):

No contexto da cidade atual com sua heterogeneidade social e multiplicidade de centralidades – é possível falar que a convivência social e as práticas culturais de certos grupos singularizam determinados espaços, os pequenos lugares, via apropriação e especialização. (FUINI, 2014, p.231-232)

²² Ver ZARPELON, 2013, p.12.

²³ Ver ZARPELON, 2013, p.75.

²⁴ Termo utilizado para conceituar o movimento de se constituir referenciais simbólicos e identitários (materiais e imateriais) junto a um recorte espacial definido, dotando-o de unidade (FUINI, 2014, p.231).

De acordo com Gomes (2009), o espaço público tem na rua a manifestação de sua excelência, estudada e analisada há pelo menos 150 anos dentro da civilização ocidental. Em pesquisas sobre eventos e a dinâmica dos espaços, Lisboa (2010) esclarece que com o surgimento das primeiras cidades, foram sendo ocupados os espaços destinados à rua e às praças para a realização dos eventos, apesar de possuírem locais específicos para estas atividades. Para Schramm e Lima (2005):

Os eventos efêmeros podem oferecer à *urbs* em termos da criação de uma rede que ativa os vazios (contribuição esta que, é importante ressaltar, depende da preservação de seu aspecto transitório), criando um espaço "alternativo" para o domínio público, é possível conjecturar sobre uma cidade dotada de infraestruturas concebidas especificamente para o efêmero. (SCHRAMM; LIMA, 2005).

A rua é definida também como *forma-conteúdo*²⁵, não sendo criticada pelos aspectos formais, mas pelos aspectos que envolvem a dinâmica, o ritmo, o uso e a frequência que constituem e viabilizam a existência. Ampliada a percepção de rua, enquanto espaço de somas dos diferentes modos de vida, é possível entendê-la como espaço entre a arte e a cidade. Desta forma, o espaço público foi sendo considerado como um ambiente de conquista social e socializante. Para Anne Sampaio (2011), as ações efêmeras compreendem o espaço urbano como um território fértil para suas ações, em que o olhar do transeunte é despertado para os detalhes existentes na cidade.

Os eventos que se utilizam da efemeridade, enquanto ocupação e arquitetura, estão em crescimento por todo o país e pelo mundo, pois torna-se interessante diversificar a rotina de uma praça, uma rua, uma região histórica, uma área que vem sofrendo com abandono ou não. A importância das relações e atividades desenvolvidas está justamente no uso e na apropriação dos espaços pelas pessoas, habitantes e responsáveis pela garantia de vida nas cidades. Para Larissa Zarpelon (2013), a utilização do espaço público por uma ocupação efêmera funcionaria como um instrumento do planejamento urbano, pois através dele torna-se possível estabelecer elementos que convidem a permanência de pessoas por mais tempo nos es-

²⁵ Ver GOMES, 2009, p.43.

paços públicos. Assim como, promover a compreensão de que tanto o desenho quanto o comportamento humano são fatores para desenvolvimento e consolidação dos espaços públicos. Além de considerar a inclusão do indivíduo como *ator* da cidade onde vive:

Neste sentido, o poder público possui em mãos instrumentos para reverter esse quadro quando passa a incluir no planejamento urbano os chamados recursos intangíveis - simbólico, humanos, culturais - promovendo um encontro entre a cidade e os anseios de seus cidadãos. (ZARPELON, 2013, p.11).

A arquitetura efêmera quando somada com as atividades culturais, teatrais e literárias assume um novo potencial, pois além de trazer novas percepções construtivas garante que, quando instalada em um espaço público, seja estabelecida uma relação física entre cidadãos e cidade. Luciana Büttner (2012) considera que arquitetura efêmera pode se fortalecer no que diz respeito à cidade, causar impactos e influenciar o imaginário. Cardoso (2005) apud Büttner (2012) afirma que:

A arquitetura e o espetáculo cênico entram aqui como ferramenta, para possibilitar processos de revitalização e reanimação na cidade, no sentido de dar novo ânimo ao espaço público, de revigorar o cotidiano. (CARDOSO, 2005 apud BÜTTNER, 2012, p.11).

Para o filósofo italiano Carlo Diano, "Não há evento sem ator" ²⁶ e desta afirmação três pontos são derivados: o ator, o lugar e o tempo único. É por meio da relação entre estes pontos que se consegue alcançar a interação entre os homens e a requalificação de um espaço. Diano (1994) afirma que "os eventos dissolvem as coisas, eles dissolvem as identidades, propondo-nos outras, mostrando que não são fixas" (apud SANTOS, 2002, p.147). Sendo, portanto, estabelecido um processo de transformação socioespacial capaz de resignificar por meio das organizações sociais as relações entre comunidade e território (VILLAS BOAS, 2007, p.46).

Segundo Ana Prado (2007), os atores e processos que se relacionam com a transformação do espaço urbano, por meio da cultura, se identificam por dois movimentos simultâneos: de dentro para fora do lugar e de fora para dentro. O pri-

²⁶ Ver VILLAS BOAS, 2007, p.47

meiro tem como preocupação promover a exportação dos valores estéticos e socio-culturais constituídos no local. Enquanto que o segundo, busca a discussão e a implementação das mais recentes atividades que envolvem arte efêmera e as organizações dos artistas em coletivos de arte. A ideia do efêmero permitiu compreender o novo papel das artes e da cultura no espaço urbano, além de somar, ao entendimento da dinâmica urbana, um espaço para a vida coletiva e as relações humanas. Conforme Biase (2006) eventos são capazes de constituir vínculos entre as pessoas:

A organização dos eventos [...] no espaço público do bairro, permite uma visibilidade que pode provocar numa aceitação do Outro, mesmo que somente durante o tempo do evento, mas que a longo prazo traz benefícios à coabitação em um território (BIASE, 2006, p.111)

Dentro de um universo culturalmente vasto, o Brasil se destaca por apresentar diversas manifestações folclóricas, históricas, artístico-culturais que convidam as pessoas a ocuparem as ruas e os espaços das cidades. A utilização do viés da cultura é um atrativo para mostrar que é possível trazer as pessoas para perto/dentro dos espaços públicos e, desta forma, incentivar não apenas a apropriação como também desenvolver os sentimentos de pertencimento, de memória e identidade histórica. A partir disto, são desenvolvidos por meio da diversidade cultural a ideia de patrimônio histórico, que evoca dimensões de acontecimentos que merecem ser preservados, pois são significativas em coletividade²⁷. Rodrigues e Machado (2010) afirmam que a preservação parte das diversidades culturais e da memória estabelecida em um determinado lugar, pois:

Não há preservação histórica sem pensar nessa condição de diversidade cultural; a preservação deve ter a capacidade de relacionar todos os aspectos culturais que formam um determinado local, e isso passa pelo compartilhamento da memória de diversas culturas. Tratar bem a memória não é somente vislumbrar uma peça antiga, mas é dar luz ao obscuro mundo da história perdida; é dar ao cidadão a chance de se identificar com o lugar onde mora; é tornar o seu povo muito mais politizado e comprometido, seguros de si e unidos por um propósito em comum. (RODRIGUES; MACHADO, 2010, p.26)

²⁷ Ver PAOLI, 1992, p.1

Conforme Larissa Zarpelon (2013), as ações que envolvem a efemeridade têm por objetivo, a partir da identificação das potencialidades da região, expandir a sua vocação para o entorno. Por meio destas ações, é possível ser estabelecido uma forte ligação com a recuperação concreta de edifícios e de espaços públicos e a recuperação simbólica, que visa a reapropriação por parte dos moradores, ao ser passado informações e despertado a sensação de pertencimento. De acordo com Glória da Anunciação Alves (2010), os eventos desenvolvidos são de grande importância para devolver ao cidadão, nem que seja por algumas horas, a sensação de pertencimento à cidade e a sensação de fazer parte de sua história (apud Zarpelon, 2013, p.68). Raquel Rolnik (2012) acredita que:

É esta dimensão que permite que o próprio espaço da cidade se encarregue de contar sua história. A consciência dessa dimensão na arquitetura levou a que hoje se fale muito em preservação de memória coletiva [...] Trata-se de impedir que estes textos sejam apagados. (ROLNIK, 2012, p.19)

Virginia Lisboa (2010) explica que a análise dos eventos efêmeros pode ocorrer de diferentes formas, uma vez que ideias e destinações de públicos são pontos de partida para a requalificação de um espaço, pois por meio da realização de diversas ocupações, no qual serão atraídos públicos diferentes, é ampliado o uso e se garante um espaço de sociabilidade diversificada, em que todos terão direito de se apropriar. Sendo, de fato, o espaço do cidadão e não apenas de alguns grupos específicos. Isto se destaca quando a frequência de eventos efêmeros torna-se constante nos espaços, assim como afirma:

Embora a realização de um evento nos remeta à questão da efemeridade do uso do espaço, ou seja, de uma ocorrência momentânea, a constante realização de eventos em determinados espaços urbanos os caracterizam enquanto espaços permanentes para eventos, tanto por sua frequência como por sua singularidade. (LISBOA, 2010, p.13)

As atividades efêmeras são geradoras de novas demandas e pela concentração de possibilidades atrativas influenciando a alteração nos fluxos de interesse. Em a "Natureza do Espaço", Milton Santos (2006) destaca que o espaço, enquanto geográfico, pode ser visto como um conjunto de fixos e fluxos que estabele-

cem entre si uma relação que favorecem a mudança de um ambiente, pois os eventos mudam as coisas, os objetos, resultando em novas características²⁸:

Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam. (SANTOS, 2006, p. 38).

A ideia de movimento espaço-territorial é relacionada às transformações ocorridas no espaço urbano pelos experimentos permanentes e temporários ali desenvolvidos. Desta forma, é considerado que a apropriação do espaço público deve ser adicionada um tipo de percepção denominado "modo de perceber o mundo"²⁹ por meio do ver, ouvir, sentir, pois a percepção torna-se responsável por trazer para o espaço e para a cidade as referências vividas, simbólicas e afetivas. Caracterizando o espaço urbano como um lugar praticado por seus usuários. Mariza Veloso (2000) explica que:

A cidade vive do movimento, da vivência e da memória produzida pelos seus habitantes. Assim, é constituída de fluxos em permanente transformação, que desencadeiam processos sociais geradores de diversidades, singularidades, contradições e ambiguidades. (VELOSO, 2000, p.3)

A realização de eventos, conforme Silva e Lay (2012), podem ser considerados fatores que contribuem para a melhoria da imagem de uma área. De acordo com a grandiosidade do evento, ele pode trazer: transformações estruturais, uma mudança no ritmo de uso e promover a vinda de pessoas que normalmente não estariam no local. A chegada de novos usuários preenche de nova forma o antigo espaço, alterando características comuns da vida diária do lugar. Proporcionando uma relação entre a nova população e a população local, resultando em uma apropriação do espaço de diferentes formas (ROSA, 2002 apud SILVA; LAY, 2012).

A pulsação de atividades efêmeras desenvolvidas em um espaço público além de estimular a utilização do mesmo, tem como caráter especial o chamado "lu-

²⁸ Ver SANTOS, 2006, p. 146.

²⁹ Ver GOMES, 2009, p.70-71.

gar mais dinâmico", em que são redefinidos os fluxos e estabelecidos vínculos de relacionamentos. Letícia Nardi (2015) afirma que "sentir-se do lugar não é privilégio de quem mora, mas de quem o vivencia". Sendo considerado como algo profundo, pois cada pessoa carrega em si suas vivências cotidianas, levando para onde se vai, criando um inconsciente coletivo e se relacionando tanto com os espaços quanto com as outras pessoas da sociedade.

As manifestações, eventos e atividades, que caracterizam práticas culturais coletivas e são parte da dimensão imaterial do local³⁰, desenvolvidas em espaços de preservação patrimonial antes de serem reconhecidos como intervenções que contribuem para a preservação precisam ser submetidas às avaliações de órgãos públicos. A Constituição Federal de 1988 constitui em seu Artigo 216 que os bens de natureza material e imaterial, que são portadores de referência, identidade, ação, memória e de importância, enquanto representatividade dos mais diferentes grupos da sociedade fazem parte do patrimônio cultural brasileiro quando são incluídos os seguintes pontos:

- I - as formas de expressão;
 - II - os modos de criar, fazer e viver;
 - III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
 - IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
 - V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
- (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988).

As ocupações efêmeras por meio de projetos urbano-culturais, em áreas da cidade que são consideradas como patrimônio, evidenciam propostas de preservação de espaços de memória da cidade, desenvolvimento social e de políticas públicas que se organizam por meio de fatores urbanos e culturais. Estas ocupações estimulam a vivência são importantes tanto para a rede de sociabilidade quanto para a preservação dos espaços e bens considerados patrimoniais em Centros Históricos. Segundo Letícia Nardi (2015):

O Centro Histórico de uma cidade deve ser considerado como parte indissociável de seu entorno, não podendo ser compreendido somente com uma

³⁰ Ver NORONHA, 2015, p.84.

paisagem de contemplação. O seu caráter urbano, dinâmico e vivo, assim como a referência histórica e visual, deve ser destacado para as pessoas. Para isso, conceitos de lugar e de paisagem cultural. (NARDI, 2015, p.93)

Quando uma ocupação efêmera é realizada dentro de uma área histórica, outros pontos são levados em consideração. Pois, conforme Arantes (2006, p.432), o patrimônio serve também para desenvolver a cultura pública e, desta maneira, precisa ser valorizado, uma vez que o patrimônio urbano é bom para um desenvolvimento sustentável, para as festas e também para a civilidade. Assim como, Letícia Nardi (2015) explica a preservação de um espaço urbano, em um Centro Histórico, como patrimônio cultural se baseia tanto em decisões sociais, econômicas, políticas quanto em culturais, pois caracterizam duas trajetórias: temporais e dinâmicas. Consolidando o território e a conformação da sociedade que vivencia por meio da permanência e de transformações. Para Vaz e Jacques (2006), duas dimensões são responsáveis pela vitalidade nos espaços públicos:

O sentido do retorno da vitalidade principalmente pelo surgimento de novas e variadas atividades e pela concentração de população usuária no lugar - ocorreu de fato a partir dessas duas dimensões: cultural local e participação da população. Assim uma nova urbanidade surgiu no espaço público já existente - antigas praças e ruas - recriando um lugar de encontro social e, principalmente de festa. (VAZ; JACQUES, 2006, p.85-86)

A presença humana nos espaços é anunciada como uma forma de preservação, pois é necessário que as pessoas se relacionem com estes espaços a fim de que eles façam sentido. Segundo Raquel Noronha (2015), para que um centro antigo faça sentido é preciso que, principalmente, as novas gerações se relacionem tanto com o lugar quanto com as manifestações que propiciam a construção da representação sobre estes espaços. Portanto, a partir do momento em que são desenvolvidas atividades que atraem pessoas para o espaço do centro há uma construção de um elo entre as pessoas e o patrimônio.

Das diversas atividades desenvolvidas nas áreas históricas, definidas como patrimônio cultural urbano pelas instituições e organizações do patrimônio, são necessárias para a construção do social³¹ do patrimônio, sendo de extrema impor-

³¹ Ver ARANTES, 2006, p.432.

tância considerá-lo e inseri-lo no contexto das práticas sociais que são geradoras de sentido. Conforme considera Norma Lacerda (2012) sobre os bens patrimoniais e os valores a eles atribuídos:

Considerar o bem patrimonial como impregnado de valores históricos, artísticos, cultural e simbólico significa reconhecê-lo como suporte narrativo da sua memória e, portanto, considerar que ele é portador de um valor cognitivo, construindo-se em instrumento de formação nas áreas históricas, artística e cultural. Dessa forma, passear pela cidade, identificando o seu conjunto arquitetônico, os seus monumentos, significa transitar pelo passado e nele reconhecer os valores de seus habitantes. (LACERDA, 2012, p.49).

Os espaços públicos do Centro Histórico de São Luís têm sido palco para atividades pontuais de cultura e lazer articuladas pelo poder público Estadual e Municipal, sociedade civil, ONG's e entidades de naturezas diversas. Iniciativas que visam à ocupação do centro antigo como forma de atração e formação de vínculo das pessoas com o patrimônio edificado e não edificado.

A requalificação dos espaços públicos por meio de atividades artístico-culturais em um ambiente histórico, segundo Larissa Zarpelon (2013), pode ocorrer de duas maneiras: 1) Diretamente, quando há intenção evidente de relacionar o patrimônio com o espaço público de modo a levar aos cidadãos a importância dos bens e espaços históricos, culturais e arquitetônicos; 2) indiretamente, quando atividades e eventos promovidos nesses espaços têm como finalidade ampliar a demanda para assim estimular nos cidadãos o interesse pelo patrimônio e laços de afetividade com a cidade.

Ao ser utilizado o termo "requalificação" visa-se atribuir aos espaços novos significados, novas funções e qualidades, pois significa também trazer diversidade aos centros tanto no quesito horário e frequentadores quanto de usos³². As maneiras de requalificação podem ser exemplificadas: quando a intervenção é de forma direta são elaborados passeios turísticos em espaços e edifícios patrimoniais, em São Luís, por exemplo, é realizada a "Serenata Histórica" pelas ruas e praças do Centro Histórico; quando é de forma indireta podem ser realizados eventos musicais, teatrais, feiras e festas atraindo e aumentando a frequência de pessoas nesses es-

³² Ver ZARPELON, 2013, p.34.

paços patrimoniais, como por exemplo, a Feira do Livro de São Luís - FeliS que é o objeto de estudo deste trabalho.

4. ESTUDOS DE CASO: outras feiras em Centros Históricos.

A relação entre Centros Históricos e Feiras do Livro não é algo recente, pelo contrário. Não é de hoje que conhecemos diversas cidades que possuem imenso valor histórico e arquitetônico que se utilizam de seus Centros Históricos, espaços públicos intensamente culturais, para estabelecer suas feiras literárias. Medida que se mostra como uma forma de reconhecimento e respeito pelo acréscimo que tanto a literatura quanto a arquitetura exercem na história local.

Dentre todas as cidades que se incluem nessas características acima descritas, algumas se destacam por serem de extrema importância nacional e, até mesmo internacional, se revelando como verdadeiros exemplos. As cidades de Olinda-PE, Paraty-RJ e Porto Alegre-RS encontram-se nestas descrições por possuírem em seus territórios históricos feiras literárias que se encaixam no perfil, sendo elas: a Fliporto, a FLIP e a Feira do Livro de Porto Alegre.

Desta forma, neste capítulo serão apresentadas as histórias de desenvolvimento das feiras ao longo dos anos, as atividades estabelecidas, assim como, a relação com os Centros Históricos e com as intervenções e estruturas efêmeras montadas nos espaços públicos.

4.1. FLIPORTO - OLINDA (PE)

A Festa Literária Internacional de Pernambuco (Fliporto), surgiu em 2005 e teve sua localização em Porto de Galinhas, Ipojuca. A organização da feira foi idealizada por Eduardo Côrtes - coordenador executivo da feira - e por representantes das editoras Personna e Cia do Lazer. Durante as cinco primeiras edições a feira se manteve em Porto de Galinhas, até que em 2010 foi transferida para o Parque do Carmo, em Olinda (CORTÊS, 2011).

Durante as cinco edições realizadas em Porto de Galinhas, as atividades desenvolvidas foram voltadas para a apresentação de autores locais e homenagea-

dos de fora do estado. As oficinas, palestras e o congresso literário aconteceram em auditórios e espaços culturais. Concursos literários de poesia e contos/crônicas fizeram parte da programação, assim como a doação de livros, por parte dos participantes, para a inauguração de bibliotecas pela cidade³³.

Figura 5 - 4ª edição da Fliporto sendo realizada em Porto de Galinhas.



Fonte: Adriana Ávila, 2008.

Figura 6 - Estrutura efêmera utilizada na 6ª Fliporto em Olinda.



Fonte: Jornal do Brasil, 2010.

A Fliporto tornou-se, com o passar dos anos, um grande movimento literário, sobretudo, a partir da mudança estratégica realizada em 2010. A mudança de local visava, segundo Eduardo Cortês (2011), buscar e se aproximar do público em Olinda, no Recife e na região metropolitana. A estrutura do evento foi ampliada, as tendas passaram a receber uma maior quantidade de pessoas e novas atividades artístico-culturais e gastronômicas foram sendo implementadas. Assim como um espaço dedicado aos jovens, a ECOFliporto visava a discussão sobre o meio ambiente.

³³ Ver artigo "Fliporto: sete anos de história!" de Eduardo Cortês.

Figura 7 - Espaço Fliporto Criança na 7ª edição da Fliporto.



Fonte: Leandro Lima, 2011.

Figura 8 - Stands de livros na Fliporto de 2012.



Fonte: Katherine Coutinho, 2012.

Ao completar 10 anos, em 2014, a Fliporto permaneceu no sítio histórico de Olinda. Contudo por se tratar de um ano especial, a feira integrou-se à igreja barroca do Mosteiro de São Bento, uma das igrejas mais antigas e belas em arquitetura do país (CAMPOS, 2014). A igreja faz parte do complexo arquitetônico tombado pelo Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, pela UNESCO, representando a importância de se estabelecer a feira dentro de uma área patrimonial e proporcionando aos visitantes a oportunidade de conhecer a história e arquitetura tradicional da cidade.

Figura 9 - Portal de entrada da Fliporto próximo à Igreja do Mosteiro de São Bento.



Fonte: Arquivo Fliporto, 2010.

Figura 10 - Mapa da Fliporto 2015 em Olinda.



Fonte: Arquivo Fliporto, 2015.

4.2. FLIP - PARATY (RJ)

Internacionalmente conhecida e esperada, a Festa Literária Internacional de Paraty - FLIP - consagra-se desde 2003 com um atrativo enraizado na cidade histórica de Paraty. A FLIP visa estabelecer uma conexão com a cidade por meio da manifestação cultural, sendo considerada uma interlocução permanente entre as artes, propagando vivências focadas na diversidade (CASA AZUL, 2016). A cada nova edição, a feira busca oferecer uma programação que se vincule com os seus princípios que permeiam a originalidade, o intimismo, a informalidade, o encontro singular entre escritores público e, sobretudo, as ações de permanência³⁴.

Figura 11 - Movimentação nas ruas durante a FLIP em Paraty.



Fonte: Zuenir Ventura, 2003.

Figura 12 - Estrutura montada na 3ª edição da FLIP.



Fonte: Feeling Structures, 2005.

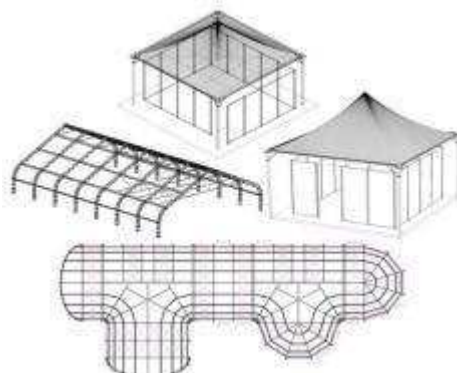
Em entrevista à Revista aU o arquiteto Mauro Munhoz, que contribuiu para a criação do evento em 2003, afirmou que a FLIP surgiu também como parte do

³⁴ Ver flip.org.br/a-flip/sobre

processo de requalificação do espaço público e da malha urbana, no entorno do Centro Histórico de Paraty. Sendo uma ação integrante do projeto de Revitalização Urbana dos Espaços Públicos da Borda d'Água de Paraty, devido ao amplo crescimento desordenado na cidade. Desta forma, Mauro Munhoz esclarece que a implantação da FLIP demonstra que os benefícios para o território urbano podem ser pensados com qualidade por meio da arquitetura e obtidos com arte e cultura³⁵.

A FLIP surgiu como uma solução para gerar força ao projeto de requalificação urbana de Paraty que foi iniciado em 1990. Por ser uma iniciativa que se renova a cada edição, a feira proporciona visibilidade e integração cultural aos espaços públicos da cidade. A associação Casa Azul, responsável pela idealização e gestão da feira, acredita que o evento se consolida por "*dar fôlego ao projeto de pensar a cidade*" (MUNHOZ, 2011 apud FLORESTA, 2011, p.02) e por transformar a vida da população, levando em consideração os mesmos princípios da proposição urbanística e da produção cultural.

Figura 13 - Esquema das estruturas efêmeras montadas nas edições da FLIP.



Fonte: Feeling Eventos, 2010.

Figura 14 - Estrutura da tenda dos Autores.



Fonte: Mauro Munhoz Arquitetura, 2015.

³⁵ Ver entrevista à revista Au em www.au.pini.com.br, 2011.

De acordo com a entrevista à revista Au, Mauro Munhoz explica que o diferencial da organização e produção da feira se dá pela participação da população. Uma vez que, por meio da feira, foi possível mudar a percepção da população sobre a cidade, sendo notória a apropriação dos espaços públicos. Durante todo o processo de estabelecimento da feira, o envolvimento se desenvolve de duas formas: 1) através da produtora criada pela Casa Azul, por meio da realização de atividades para qualificar o trabalho dos paratienses; 2) na utilização da mão de obra local para a confecção de cenários e cartazes ou durante a feira em oficinas e mediações de leituras (MUNHOZ, 2011).

Figura 15 - Estrutura montada para FLIP 2016.



Fonte: Revista Isto É, 2016.

A primeira edição da FLIP foi realizada na Casa de Cultura, espaço que recebeu durante quatro dias os escritores e público para as atividades. Contudo, com o crescimento da demanda, os espaços do casarão não comportavam mais a realização do evento. Sendo necessária a implementação de um novo espaço com a capacidade para dar conta do aumento do público, sem que se perdessem as características idealizadas. Desta forma, a partir de 2004, a feira passou a ser sediada em duas tendas desenvolvidas por um escritório de arquitetura, comportando um maior número de pessoas (VENTURA, 2012).

Figura 16 - Estrutura elaborada pelo escritório Mauro Munhoz Arquitetura.



Fonte: Mauro Munhoz Arquitetura, 2015.

Desde 2004 é desenvolvida, ao longo do ano, a "Flipinha", que visa difundir e incentivar a literatura e cultura entre o público infantil, além de ações que gerem reflexão sobre o futuro da cidade entre os leitores mirins. Durante o ano são realizadas, nas escolas da região, atividades com os conteúdos dos autores e convidados da edição da feira. Nos dias da FLIP a Praça da Matriz, no Centro Histórico de Paraty, recebe atividades relacionadas à "Flipinha" e ao universo da literatura infanto-juvenil³⁶. Assim como, ações que envolvem a produção e conscientização sobre o patrimônio material e imaterial de Paraty, por meio de oficinas destinadas aos jovens na chamada FlipZona.

Figura 17 - Tenda da Flipinha instalada na Praça da Matriz.



Fonte: Antonio Saggese, 2006.

Figura 18 - Parte interna da tenda dos autores na FLIP.



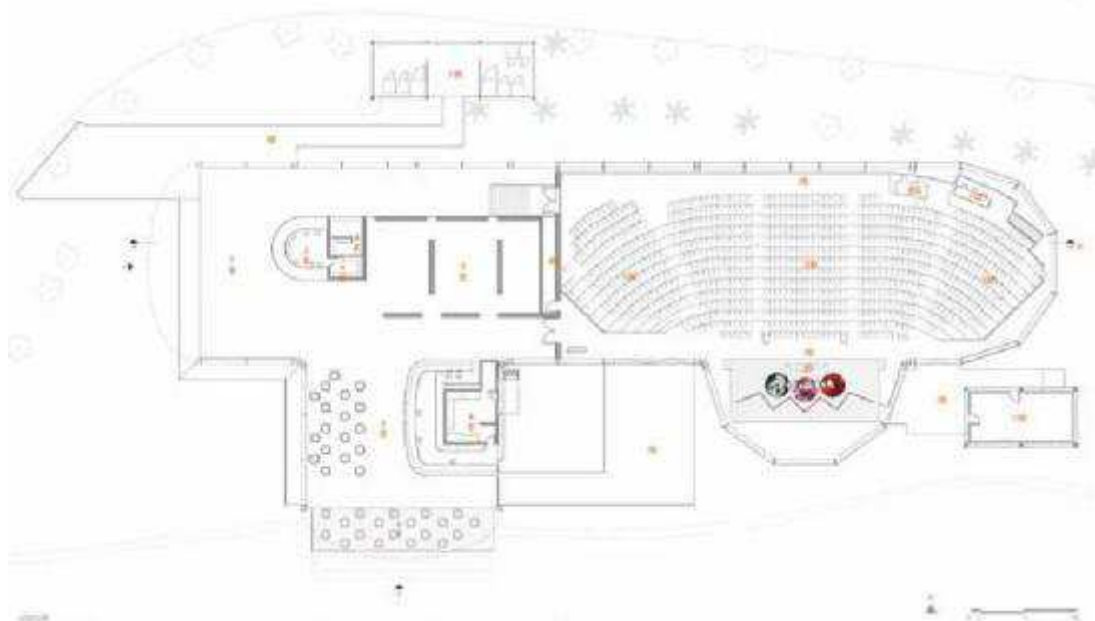
Fonte: Walter Craveiro, 2015.

Em 2011, a FLIP concorreu e ganhou ao Prêmio APCA (Associação Paulista de Críticos de Arte) na categoria "Urbanidade", em que é reconhecida a atuação de projetos, eventos ou iniciativas que tenham como objetivo promover a vivência democrática, a integração entre as artes e a cultura, a valorização dos espaços pú-

³⁶ Ver www.flipinha.org.br

blicos, da vida comunitária e da integração social (GUERRA, 2011). Além da percepção da arquitetura e urbanismo como ferramentas para a inclusão social, a preservação do patrimônio e o cuidado com o meio ambiente.

Figura 19 - Planta baixa do projeto da estrutura efêmera elaborada pelo escritório Mauro Munhoz Arquitetura.



Fonte: Mauro Munhoz Arquitetura, 2008.

Com o reconhecimento literário, da proposta da feira e aumento substancial da demanda, a partir de 2011, a chamada "tenda dos telões" foi realocada para a borda do rio Perequê-Açu. A fim de que fosse criado um complexo com estruturas abertas no lado esquerdo do rio, trazendo a FLIP para frente do Centro Histórico e proporcionando uma visão privilegiada da paisagem da cidade, transformando a borda d'água, que antes sofria com alagamentos, em um grande passeio público (MUNHOZ, 2011). Com o reposicionamento das tendas, apenas a Flipinha foi mantida na Praça da Matriz.

Atualmente, a feira conta com três tendas destinadas para a Flipinha e quatro para a FLIP. As instalações efêmeras são erguidas com estruturas metálicas e fechamentos em lona. O projeto das estruturas foi produzido a partir dos desenhos elaborados pelo arquiteto Mauro Munhoz. A estrutura mais sofisticada é destinada aos autores e apresenta uma área total de 1.727m², arcos em três direções e 18m de abertura frontal. As montagens das estruturas variam em torno de quinze dias a

um mês, enquanto que a desmontagem é realizada em até quatro dias, devido ao baixo peso dos materiais, possibilitando uma desmontagem facilitada e ágil³⁷. As tendas são responsáveis por abrigar, durante o evento, todas as atividades artístico-culturais, administrativas e de atendimento ao público.

4.3. FEIRA DO LIVRO DE PORTO ALEGRE - PORTO ALEGRE (RS)

Inaugura em 1955 e chegando em 2016, a sua 62ª edição no Centro Histórico, a Feira do Livro de Porto Alegre se insere perfeitamente ao contexto de cidade. A feira surgiu a partir da iniciativa do jornalista Say Marques, diretor-secretário do Diário de Notícias, juntamente com os livreiros e editores da cidade (FISCHER, 2004). Sendo a realização do objetivo de aproximar os livros dos leitores, ao alcance de todos, em um ambiente tradicional e histórico da cidade. A realização da feira é de responsabilidade da Câmara Rio-Grandense do Livro (CRL) e parcerias.

Desde sua primeira edição, a feira concentra sua programação na Praça da Alfândega dentro do Centro Histórico, sendo considerada a mais antiga praça da cidade e movimentada na década de 50 (LEITE, 2015). Com o passar dos anos e o crescimento da demanda de público e participantes, os espaços foram se estendendo além-praça, conquistando alamedas próximas e edificações ao entorno como: o Memorial do Rio Grande do Sul, o Santander Cultural, o Centro Cultural CEEE Erico Veríssimo, o Armazém Literário da Corag, o Auditório da Inspeção da Receita Federal, o Teatro São Pedro e o Auditório Dante Barone da Assembleia Legislativa³⁸.

³⁷ Ver instruções de montagem no site do Feeling Eventos, empresa responsável pela produção e montagem das estruturas da FLIP.

³⁸ Ver www.feiradolivro-poa.com.br/a-feira

Figura 20 - Registro da primeira edição da Feira do Livro de Porto Alegre em 1955.



Fonte: CP Memória, 1955.

Figura 21 - Registro da Feira na Praça da Alfândega em 1956.

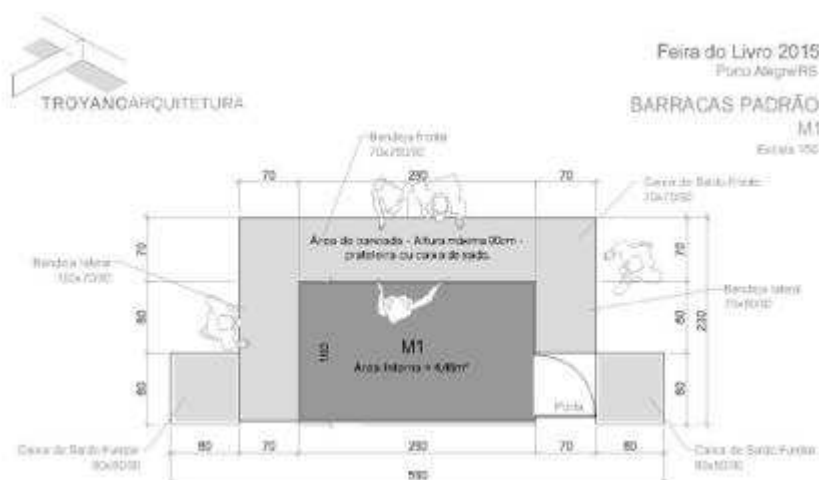


Fonte: CP Memória, 1956.

No início, a feira era formada por quatorze barracas montadas com estruturas de madeira. Com o passar dos anos, o número de tendas aumentou e, a partir do ano de 1994, as barracas utilizadas começaram a serem cobertas (FEIRA DO LIVRO - POA, 2016). A execução estrutural das barracas tornou-se mais livre, pois até então era utilizado um projeto padrão. Desta forma, projetos arquitetônicos variados foram sendo admitidos pela comissão organizadora, desde que fossem respeitados os seguintes itens: 1) as áreas internas estabelecidas pelo projeto volumétrico padrão de 4,48m² ou 7,36m², devendo ser submetido à comissão para avaliação; 2) as orientações de segurança; 3) a entrega de projeto contendo: planta baixa, dois cortes, fachada e memorial descritivo e 4) o cumprimento dos critérios de acessibilidade, exigidos em norma, para o atendimento ao público³⁹.

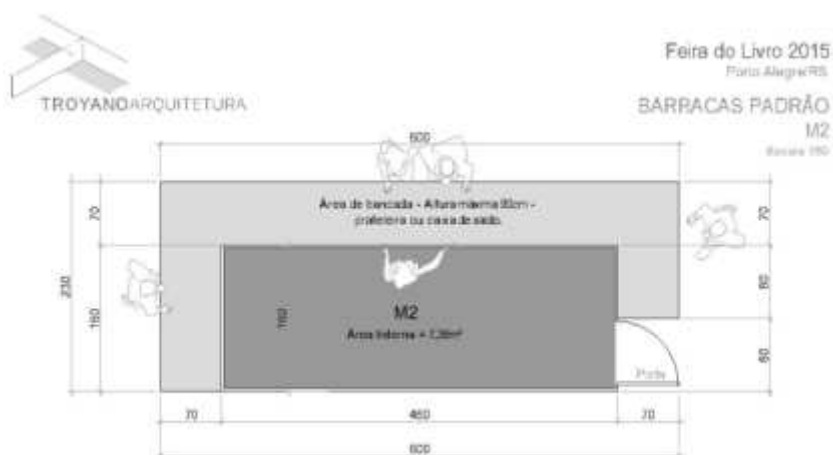
³⁹ Ver Regulamento Geral - Manual do Expositor, Feira do Livro de Porto Alegre - anos 2015 e 2016.

Figura 22 - Planta baixa do modelo 1 de stand.



Fonte: Manual do expositor na Feira do Livro de Porto Alegre, 2015.

Figura 23 - Planta baixa do modelo 2 de stand.



Fonte: Manual do expositor na Feira do Livro de Porto Alegre, 2015.

Durante a 50ª edição da Feira do Livro de Porto Alegre, em 2004, foram anunciadas mudanças substanciais para a Praça da Alfândega. Na qual se estabeleceu obras com o objetivo de retomada de espaços da praça para os pedestres, antes ocupados por canteiros. Além da constituição de um museu a céu aberto sobre a história da praça, no qual foi comprovado que se situava à beira do rio quando a cidade de Porto Alegre começou a existir (FISCHER, 2004).

Figura 24 - Vista aérea da Feira do Livro na Praça da Alfândega.



Fonte: Carlos Eduardo Vaz, 2014.

Figura 25 - Montagem da estrutura efêmera da Feira do Livro de Porto Alegre.



Fonte: Sortimentos, 2014.

Na edição de 2016, a feira contará com número de 111 tendas, 12 estando na área destinada à sessão infantil e 6 na internacional. A ocupação total da feira é estimada em aproximadamente 10 mil metros quadrados, com 6 mil sendo em áreas cobertas. Se dividindo entre a Praça da Alfândega e o prédio do Memorial do Rio Grande do Sul⁴⁰. Dentro da programação é dado espaço pra atividades relacionadas às crianças, aos jovens e aos adultos, além de debates, oficinas e palestras que buscam discutir ações de sustentabilidade, inclusão social, cidadania e acessibilidade.

⁴⁰ Ver www.portoalegre.rs.gov.br

Figura 26 - Estruturas efêmeras pela Praça da Alfândega.



Fonte: Cristine Rochol, 2015.

A feira estabelece-se através de uma conexão com a cidade por manter suas características iniciais: 1) ser em um espaço aberto, mesmo tendo incorporado uma cobertura; 2) situar-se na mesma praça, dentro do Centro Histórico aproximadamente no mesmo local do marco inicial de desenvolvimento do espaço urbano; e 3) por compor a história local e do país, visto que é uma das mais antigas feiras literárias, juntamente, com a população e a cidade.

Figura 27 - Mapa de localização da 62ª Feira do Livro de Porto Alegre.



Fonte: Feira do Livro de Porto Alegre, 2016.

4.4. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS FEIRAS EM CENTROS HISTÓRICOS.

As três feiras de referência são marcadas por três pontos de concepções diferentes. Contudo, representam formas de intervenção e gerência com o objetivo final semelhante: a integração e o diálogo entre cultura e cidade, permeando os espaços públicos e aproximando a população. Desta forma, é possível destacar estes três pontos que são essenciais para a compreensão e desenvolvimento da análise do objeto Feira do Livro de São Luís no próximo capítulo.

A primeira surge em uma cidade e, com o passar dos anos, se desloca para uma cidade histórica em busca, inicialmente, de um aumento de público. Encontrando no Centro Histórico de Olinda a demanda necessária para constituir o desenvolvimento do evento e, posteriormente, caracterizar e beneficiar a cidade histórica resgatando valores e referenciais patrimoniais.

O segundo exemplo surge como um projeto de intervenção para revitalizar um Centro Histórico, iniciativa advinda de um arquiteto urbanista que qualifica o projeto e a feira de modo a tornar parceiras as intervenções arquitetônicas e urbanistas, de caráter técnico, e as atividades sociais e artístico-culturais para a preservação do sítio histórico de Paraty.

A terceira feira literária em Centro Histórico tem sua história iniciada na década de 50, em um espaço público de importância para a memória coletiva, arquitetônica e histórica da cidade de Porto Alegre, percorrendo caminhos históricos não apenas locais, mas nacionais e perseverando diante das mudanças urbanas e do desenvolvimento da cidade.

Os três pontos estabelecidos como concepção das feiras são: 1) busca por demanda de público; 2) projeto de revitalização; e 3) contexto histórico. Baseado nos estudos de ocupações efêmeras e nos conceitos de Larissa Zarpelon (2013), abordados no capítulo anterior, sobre as formas direta e indireta de requalificação dos espaços públicos em ambiente histórico por atividades artístico-culturais, foi possível detectar em quais formas as feiras referências se encaixam. Desta forma,

quanto à requalificação, a Fliporto se insere no contexto do indireto, a FLIP pode ser caracterizada como diretamente e a Feira do Livro de Porto Alegre indiretamente.

A cada ano, as três feiras promovem à inserção de cultura e a arte em meio a espaços de preservação arquitetônica, urbanística e histórica. Buscando garantir acesso das populações locais às atividades e a permanência em perímetros históricos, além de promover um olhar sobre as cidades e o entorno. Tais feiras carregam em suas histórias a marca de que a realização de ações integradas, previstas nas cartas patrimoniais, nas legislações patrimoniais dos órgãos de preservação do patrimônio e nos decretos e leis das três esferas de poder (Federal, Estadual e Municipal), quando feitas com planejamento, podem resultar em movimentos que resgatem e relembrem as funções e importância dos espaços públicos em Centros Históricos.

5. PERCURSO HISTÓRICO: a FeliS entre a cidade e os livros.

A FeliS chega a sua 10ª edição, em 2016, mantendo o seu objetivo principal de alimentar a produção criativa para mediar a leitura. Além de ocupar os espaços que são culturais e patrimoniais do Centro Histórico e promover o incentivo à leitura na capital que se sobressai historicamente pela produção literária.

A Feira do Livro de São Luís destacou-se em suas últimas edições pela ocupação de diversos espaços lineares e não lineares, como a Praça Maria Aragão, o Convento das Mercês e o bairro da Praia Grande, no Centro Histórico de São Luís. Bairro este que se caracteriza por conter uma forte influência em suas edificações de arquitetura tradicional portuguesa, sendo por este motivo, considerado Patrimônio Mundial pela UNESCO.

Neste capítulo, o estudo se baseará no detalhamento do percurso histórico, objeto Feira do Livro de São Luís - FeliS, desde o surgimento até a edição de 2015. Buscando compreender e traçar, por meio de linha do tempo, o seu estabelecimento e crescimento durante os anos no qual a feira foi realizada.

5.1. O SURGIMENTO DA FELIS E SEU DESENVOLVIMENTO.

A Feira do Livro de São Luís é um evento literário instituído pela Lei Municipal nº 4.449, de 11 de janeiro de 2005. Na qual fica decretado que cabe ao poder Executivo a promoção de feiras de livros e que se torna responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e de outros órgãos da Administração a implementação e realização do evento⁴¹.

Os órgãos envolvidos na realização do evento são responsáveis pela fiscalização dos espaços utilizados pela feira, além da divulgação, da promoção de campanhas que estimulem a leitura na população e o estabelecimento de uma Co-

⁴¹ Ver Lei Municipal 4.449 de 11 de janeiro de 2005, Art. 1º, § 1º.

missão Organizadora. Conforme estabelece a Lei. 4.449/11, a comissão organizadora é composta por membros da Administração Municipal e por membros das entidades envolvidas pertencentes aos diversos segmentos da sociedade civil. Sendo responsabilidade da comissão organizadora se manter no espaço destinado a feira e estabelecer os critérios e normas para o desenvolvimento da programação, assim como a organização das estruturas empregadas.

A criação da feira do livro visa implementar atividades ao calendário cultural da cidade, qualificando-o para que a população possa se apropriar e encontrar na feira um espaço para socialização e um despertar educacional e cultural. A FeliS é um evento que se baseia no trabalho coletivo, na produção literária local, buscando abrir espaço para que ocorra trocas, fomentação da leitura e a venda de livros (NASCIMENTO, 2008, p.03).

De acordo com Lúcia Nascimento (2008), apesar do país não se aproximar da estatística recomendada pela Organização das Nações Unidas (ONU) de que se tenha uma livraria para cada dez mil habitantes, a feira do livro foi implementada como uma tentativa de multiplicar, em São Luís, o acesso aos livros e aos bens culturais considerados essenciais para a construção de uma sociedade mais humana.

A dinâmica da FeliS se desenvolve a partir da escolha de um nome para ser o homenageado da festa, o chamado "patrono", e uma temática para nortear as atividades. O patrono costuma ser um escritor ou personalidade maranhense que tenha envolvimento com literatura, cultura e artes (FELIS, 2016). A temática escolhida busca integrar cultura, literatura, artes e cidade, inserindo as diversas áreas do conhecimento em debates multidisciplinares que visam à compreensão e a contemplação, nas ciências e nas artes, das formas de humanização e estabelecer uma conexão entre a cidade e as pessoas.

Ao longo de 10 anos de sua história esteve instalada em diversos locais, sendo que sempre foi priorizada a inserção em um ambiente amplo e que favorecesse a livre circulação e o diálogo com os equipamentos urbanos presentes, espaços lineares e não lineares, sendo em praças, teatros ou nas ruas do Centro de São

Luís⁴². De acordo com arquivos da Secult (2015), a escolha inicial pela utilização da Praça Maria Aragão e da Praça Gonçalves Dias se deu pela localização e por comporem uma das paisagens mais significativas e históricas de São Luís. Além da amplitude de espaços de apoio como o Espaço Cultural e os prédios próximos, onde permaneceu por cinco edições (SECULT, 2015). As alternâncias de localização iniciaram em 2012, quando a FeliS se mudou para o espaço do Ceprama, no ano seguinte ocupando o bairro da Praia Grande, em 2014 no Convento das Mercês e nas últimas edições o retorno para a Praia Grande.

5.2. LINHA DO TEMPO: de 2007 a 2015.

Iniciada em 2007, a Feira do Livro de São Luís desenvolveu, ao longo de sua história, uma linha do tempo que permeia diversos espaços, atinge um grande público, utiliza muitas estruturas efêmeras e se estabelece envolvendo com a malha urbana e o acervo arquitetônico tradicional por contos, crônicas, poesia e atividades culturais. Em busca de trazer à cidade dos azulejos, os encantos proporcionados pelo mundo da literatura.

A primeira edição, em 2007, foi realizada na Praça Maria Aragão, na Praça Gonçalves Dias e em alguns prédios no entorno⁴³. A feira surgiu como uma busca pelo reencontro da história e tradição literária com a cidade por meio dos livros e da leitura (FELIS, 2016). A temática estabelecida foi "São Luís, Abre as Janelas", homenageando Josué Montello por possuir, em sua obra, muitas descrições sobre a vida na cidade.

⁴² Ver Documento Feira do Livro de São Luís da Secretaria Municipal de Cultura.

⁴³ Ver Documento com a programação da 1ª Feira do Livro de São Luís disponibilizado pela Secretaria de Cultura do Município.

Figura 28 - Estrutura efêmera montada na Praça Maria Aragão.



Fonte: RPS Feiras, 2007.

Conforme registros do arquivo da FeliS (2007), para a realização do evento foram montadas estruturas efêmeras no perímetro da praça e entre os ambientes foram criados cenários e personagens para marcar o espaço e a história. Entre estes espaços foram organizadas ruas permeadas por áreas de vivência e passarelas cobertas, a fim de integrar os auditórios montados especialmente para receber a programação.

Figura 29 - Planta Baixa da 1ª edição da FeliS.

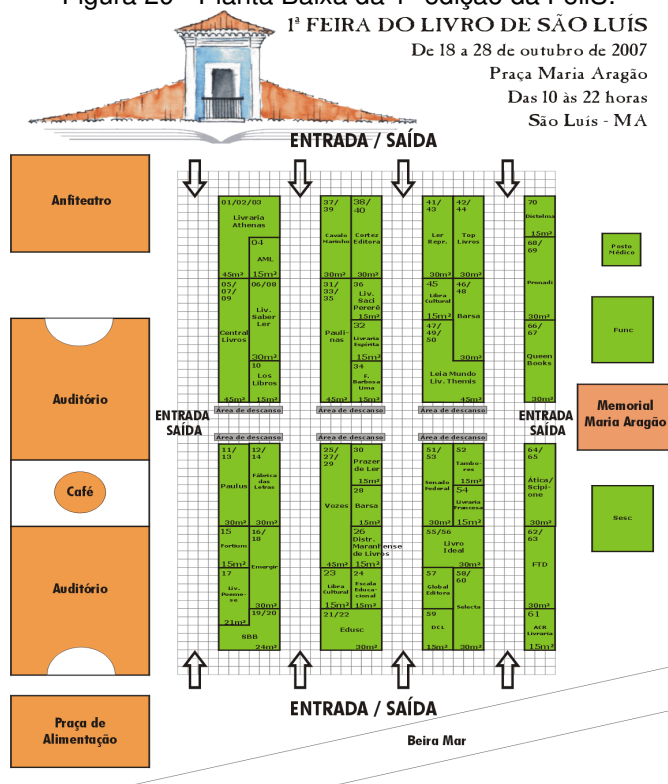
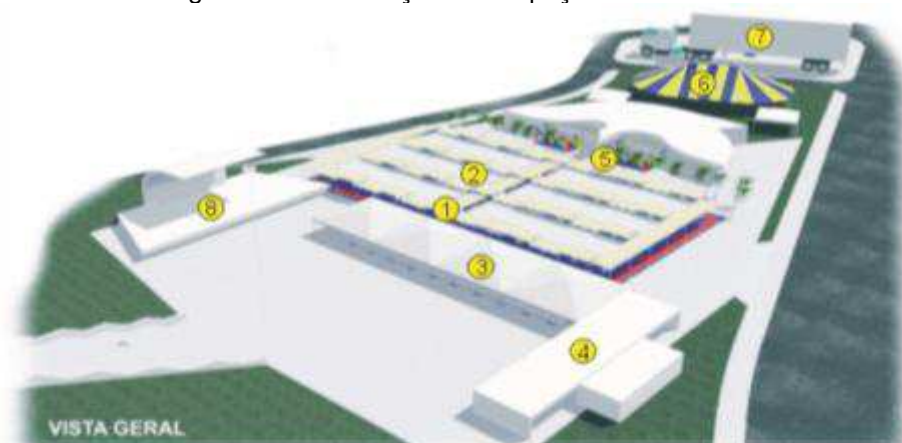


Figura 30 - Localização dos espaços na 1ª FeliS.

**Legenda:**

- | | |
|---------------------------|------------------------------|
| 1 - Passarela coberta | 5 - Espaço do Escritor |
| 2 - Área de exposição | 6 - Tenda Literária |
| 3 - Auditório climatizado | 7 - Caminhão biblioteca |
| 4 - Praça de alimentação | 8 - Palco para apresentações |

Fonte: RPS Feiras, 2007.

Em 2008, a segunda edição da FeliS manteve-se na praça Maria Aragão, no Espaço Cultural, na área do estacionamento da praça, na Casa do Professor, no Palácio Cristo Rei, no Teatro Arthur Azevedo e no Coreto da Praça Gonçalves Dias (REVISTA EVENTOS, 2008), sendo ocupado cerca de 6.000 m² de praça durante dez dias, em que diversas atividades entre palestras, cursos, simpósios, debates, lançamentos e relançamentos de livros⁴⁴ fizeram parte da programação. Conforme Raimundo Veloso (2008), a segunda edição carregou um caráter pedagógico e cultural buscando impulsionar a economia e estimular a literatura na cidade.

A FeliS, em 2008, teve como tema "São Luís: palco e cenário das letras" e foi caracterizada pela realização de debates incluindo várias áreas do conhecimento (FELIS, 2008, p.03). Um dos seminários discutiu a importância da valorização do Patrimônio Cultural, sendo debatido em palestras a "Conservação do Patrimônio Cultural Urbano na São Luís Contemporânea"⁴⁵ e os conceitos de "Memória e Patrimônio"⁴⁶ envolvendo representantes do IPHAN e das Universidades Federal e Estadual do Maranhão (UFMA e UEMA). A estrutura efêmera utilizada manteve-se se-

⁴⁴ Ver Documento com a programação da 2ª Feira do Livro de São Luís distribuída durante a FeliS em 2008.

⁴⁵ Palestra ministrada pela Prof^a. Dra. Marluce Wall, atual diretora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA.

⁴⁶ Palestra ministrada pelo Prof. PhD. Alexandre Corrêa da Universidade Federal do Maranhão - UFMA.

melhante a do ano anterior e o patrono foi o jornalista e teatrólogo Arthur Azevedo, escolhido por ser seu ano de centenário e pela grande contribuição para a cultura maranhense.

Figura 31 - Stands e circulação da FeliS



Fonte: Gilvencio Souza, 2008.

Figura 32 - Planta Baixa da 2ª edição da FeliS.



Fonte: RPS Feiras, 2008.

A terceira edição da FeliS, em 2009, teve como patrono Ferreira Gullar e a temática foi "A diversidade literária na Capital Brasileira da Cultura", em homenagem ao título recebido pelo projeto Capital Brasileira da Cultura - CBC - que a cada ano elege uma cidade como referência cultural no país. Manter a identidade cultural brasileira preservada e valorizada é o objetivo principal do projeto (IPHAN, 2009). A

feira se manteve na Praça Maria Aragão e utilizou do antigo Espaço Cultural como espaço destinado aos stands dos expositores de livros.

Figura 33 - Entrada do Espaço Cultural na 3ª edição da FeliS.



Fonte: Joel Jacinto, 2009.

Figura 34 - Circulação entre os stands.



Fonte: Blog Maranhão Maravilha, 2009.

Em entrevista ao site Imirante, o então presidente da antiga Fundação Municipal de Cultura - FUNC, hoje chamada de Secretaria Municipal de Cultura - SECULT, Euclides Moreira afirmou que o diferencial desta edição estava na participação popular, na qual toda a programação foi submetida à consulta pública para que se chegasse a uma definição. A FeliS 2009 foi considerada como "consolidação" do evento, destacando novamente os eixos temáticos do patrimônio cultural.

Durante a feira foi realizado, pela Fundação Municipal de Patrimônio Histórico (Fumph), o projeto "Caminhos da Memória" que promoveu um roteiro histórico-cultural pelas ruas e monumentos importantes do Centro Histórico de São Luís saindo da Praça Maria Aragão. O objetivo principal do projeto era, segundo a coordena-

dora da Fumph e responsável pelo projeto à época Silvana Campelo, levar informações sobre o acervo arquitetônico e histórico de São Luís, além de "despertar o interesse das pessoas pelo nosso patrimônio e história da cidade e, a partir dos conhecimentos adquiridos, despertar neles o sentimento de pertencimento da cidade" ⁴⁷.

Em 2010, a quarta edição da FeliS foi sediada na praça Maria Aragão, no Espaço Cultural e na Praça Gonçalves Dias, além de envolver prédios do entorno como o Centro de Formação do Professor, espaço pertencente à Secretaria Municipal de Educação (SEMED), na rua Rio Branco (JORNAL PEQUENO, 2010). Na Praça Maria Aragão foram montados dois auditórios com capacidades para 200 e 100 pessoas, 20 stands institucionais, tendas e salas para abrigar os espaços: Casa do Escritor, o Espaço Infantil e o Café Literário, além de três praças ambientadas entre os auditórios⁴⁸.

A temática utilizada foi "O livro é o guia e instrumento da sabedoria" criada pelo próprio patrono da feira, o escritor e cineasta ludovicense José Louzeiro. Neste ano, a feira homenageou outras seis personalidades pertencentes à literatura e cultura do estado, como Reinaldo Faray, Maria Aragão, Carlos de Lima, Rosa Mochel, José Maria Ramos Martins e João Mohana (FELIS, 2016). A FeliS 2010 contou com a "Estação Memória", que assim como o projeto do ano anterior, visava realizar um *city tour* pelos marcos literários e patrimoniais da cidade.

Figura 35 - Apresentação de poesias durante a 4ª edição da FeliS.



Fonte: Talita Guimarães, 2010.

⁴⁷ Trecho da fala da coordenadora da Fumph e responsável pelo "Caminhos da Memória" Silvana Campelo em entrevista concebida ao blog da FUNC (atual SECULT), em 2009.

⁴⁸ Ver entrevista do presidente da FUNC (atual SECULT) Euclides Moreira concebida ao Jornal Pequeno, 2008.

Figura 36 - Espaço montado para receber as palestras.



Fonte: Talita Guimarães, 2010.

A FeliS 2011 teve seu tema inspirado na obra de José Chagas, sendo o patrono da edição, o título utilizado foi "Dos mirantes da memória aos becos da saudade, São Luís, revela tua poesia" (FELIS, 2016). O tema e o patrono escolhidos se relacionavam com a poesia que expressa os casarões, mirantes, azulejos, pedras de cantarias e becos, elementos marcantes da arquitetura ludovicense e que caracterizam São Luís como cidade patrimonial (JORNAL PEQUENO, 2011). Além de promover a reflexão, por parte dos leitores e visitantes da feira, sobre a história, o passado, o presente e as ações culturais e patrimoniais realizadas na cidade⁴⁹.

Figura 37 - Estrutura sendo montada na Praça Maria Aragão.



Fonte: Jornal Pequeno, 2011.

⁴⁹ Ver matéria especial publicada no Jornal Pequeno sobre a Quinta edição da Feira do Livro de São Luís, 2011.

Figura 38 - 5ª edição da FeliS montada na Praça Maria Aragão.



Fonte: Arquivo Secult, 2016.

A feira abriu-se novamente para a integração e multidisciplinaridade ao serem abordados, em palestras e seminários, temas relevantes inseridos na atualidade possibilitando um debate abrangente com várias áreas do conhecimento, em que atividades relacionadas à arte e à educação foram destaques (FUNC, 2011). A programação da quinta edição manteve-se com estruturas montadas na Praça Maria Aragão e no entorno.

A edição de 2012 da FeliS foi marcada pela mudança de local de realização do evento, deixando a praça Maria Aragão e entorno para ocupar o espaço do Ceprama, no bairro da Madre Deus. Dentro da área interna e externa do Ceprama foram utilizados cerca de 65 espaços como: auditórios, teatros, espaço da criança, as tendas temáticas, café literário, praça de alimentação, espaço dos livros, entre outros, adequados para receber as mais diversas atividades (IMIRANTE, 2012). A temática escolhida celebrou os 400 anos de São Luís, trazendo como título "São Luís, 400 anos escrevendo em livros sua história".

Figura 39 - Circulação entre os stands no Ceprama.



Fonte: Hugo Freitas, 2012.

Figura 40 - Auditório montado para o quarto centenário da cidade de São Luís.



Fonte: Blog Maranharte, 2012.

Em virtude do quarto centenário, a própria cidade foi a homenageada, na qual uma exposição com fotografias, mapas e gravuras permitiram um passeio pelos 400 anos de história e de momentos importantes⁵⁰. Durante a programação, o tema Patrimônio Cultural novamente teve destaque entre as palestras, assim como debates sobre o percurso histórico e de desenvolvimento da cidade de São Luís (FELIS, 2016). Rodas de conversas sobre educação, arte, música e teatro também fizeram parte da programação, além de apresentações artísticas produzidas por estudantes de escolas públicas municipais⁵¹.

Em 2013, a sétima edição da FeliS habitou o bairro da Praia Grande e trouxe em si a missão de salvaguardar a memória e a importância histórica do nascimento e expansão da cidade de São Luís. Conforme a carta de apresentação da edição (2013), a 7ª FeliS trouxe em essência os versos das poesias maranhenses, debatendo entre diversas áreas do conhecimento o tripé "livro, literatura e tecnologia". Tendo, portanto, o tema "Livro e leitura: do impresso ao virtual sem perder a poesia" e como patrono o poeta Nauro Machado.

⁵⁰ Ver matéria especial publicada no site G1 Maranhão sobre a sexta edição da Feira do Livro de São Luís, 2012.

⁵¹ Ver Documento com a programação da 6ª Feira do Livro de São Luís disponibilizado pela Secretaria de Cultura do Município.

Figura 41 - Estrutura efêmera da 7ª FeliS sendo montada no bairro da Praia Grande.



Fonte: Lauro Vasconcelos, 2013.

A feira do livro apropriou-se de ruas, becos, praças, estacionamentos, teatros e prédios do Centro Histórico, sendo aproximadamente 28 espaços que durante dez dias receberam: arte, música, teatro, palestras, filmes, exposições, rodas de conversas, literatura e diversas atividades (FELIS, 2016). Um dos novos espaços criados na feira foi o "Espaço Braille", desenvolvido na Praça da Criança, no qual foram apresentadas exposições, oficinas, demonstrações de acervos bibliográficos em Braille e a participação de escritores⁵². A importância do Patrimônio Histórico, pelos eixos da sustentabilidade e do urbanismo, também ocorreram debates em palestras realizadas no Auditório do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UEMA.

A oitava edição da FeliS ocorreu no bairro do Desterro, sendo instalada principalmente no Convento das Mercês. A feira teve como patrono o escritor Wilson Marques e como tema "Literatura Infantil: aqui começa a magia da leitura", a programação foi voltada para o público infantil e para a produção literária nesta área (FELIS, 2016). Fizeram parte dos espaços usados pela feira: o auditório do Curso de Arquitetura e Urbanismo - UEMA, o Largo da Igreja do Carmo, a praça da lateral do Museu do Audiovisual do Maranhão - Mavam, a Escola de Música do Bom Menino e o prédio da Aliança Francesa⁵³.

⁵² Ver Documento com a programação da 7ª Feira do Livro de São Luís disponibilizado pela Secretaria de Cultura do Município.

⁵³ Ver Documento com a programação da 8ª Feira do Livro de São Luís disponibilizado pela Secretaria Municipal de Cultura.

Figura 42 - Montagens dos stands da 8ª edição da FeliS no Convento das Mercês.



Fonte: Site G1 Maranhão, 2014.

Figura 43 - Espaço de palestras no pátio do Convento das Mercês.



Fonte: Blog Maranhão da Gente, 2014.

Em entrevista ao site Imirante, Celso Borges, curador da 8ª FeliS, afirmou que outros espaços pelo Centro Histórico foram montados para a realização da feira. A fim de homenagear outros escritores maranhenses, estes espaços receberam seus nomes sendo: a Casa Odylo Costa, filho, a Casa Mundinha Araújo e a Casa Ubirajara Teixeira. A realização da feira no Centro Histórico teve por objetivo, segundo Francisco Gonçalves (2014), reconquistar a cidade, reestabelecer o encontro com as lembranças de infância e com a cidade, por meio de novas possibilidades e experiências.

Em 2015, a feira retorna ao bairro da Praia Grande, no Centro Histórico, ocupando ruas, becos, casarões, praças e travessas para renovar o olhar sobre o centro antigo e incentivar a valorização do patrimônio histórico e arquitetônico de São Luís (FELIS, 2015). A nona edição teve como tema "Cidade livre, cidade do livro", a escolha foi baseada na construção de uma sociedade de cidadãos com um

potencial humano adquirido através das trocas simbólicas e da circulação de livros. A patrona escolhida foi a professora e historiadora Lourdinha Lacroix⁵⁴.

Figura 44 - Montagem da estrutura efêmera no bairro da Praia Grande.



Fonte: Ed Wilson, 2015.

Figura 45 - Estrutura efêmera da 9ª edição da FeliS na Rua do Trapiche.



Fonte: Blog O Estado, 2015.

A feira utilizou um total de aproximadamente 22 espaços no Centro Histórico, entre museus, prédios públicos, centros de criatividade, auditórios, teatros, ruas, becos e praças. Sendo instaladas estruturas efêmeras de tendas no estacionamento lateral do Centro de Criatividade Odylo Costa, filho para sediar a "Vila dos Livros - Espaço dos Livreiros" e abrigar 48 stands (FELIS, 2015). Do mesmo modo, por toda a extensão da Rua do Trapiche, conforme figura 46.

Em um mini-curso, ministrado por historiadores, pesquisadores e técnicos de instituições culturais locais, foi discutida a História e o Patrimônio Cultural de São Luís. De acordo com os registros dos arquivos da feira (2015), o mini-curso também teve como proposta realizar passeios didáticos por alguns pontos históricos e culturais de São Luís, a fim de que as questões históricas e patrimoniais pudessem ser

⁵⁴ Ver Documento com a programação da 9ª Feira do Livro de São Luís disponibilizado pela Secretaria Municipal de Cultura.

vistas na prática. Na programação estiveram inseridas palestras sobre a cidade como fonte de inspiração para a produção literária, assim como o estabelecimento da relação entre a cidade e os livros como um percurso que desperta o sentimento de pertencimento.

Figura 46 - Localização dos espaços utilizados na 9ª edição da FeliS no bairro da Praia Grande, Centro Histórico.



Fonte: FUNC, 2015.

Durante a 9ª edição da FeliS, foi realizada pela Rede de Educadores em Museus do Maranhão (REM) a campanha "Patrimônio Histórico não é Penico", buscando a sensibilização da comunidade para a preservação dos espaços públicos presentes no Centro Histórico⁵⁵. Além do incentivo ao uso dos banheiros dos museus, dos prédios que fazem parte da feira e os banheiros químicos instalados ao longo do perímetro do Centro Histórico para dar suporte à realização do evento.

Segundo a Rede de Educadores em Museus (2015), o projeto fez parte da programação da FeliS destinada a promover e dialogar sobre a defesa do Patrimônio Histórico e Arquitetônico da cidade, na qual foram realizadas intervenções e

⁵⁵ Ver nota da Rede de Educadores em Museus no Maranhão no site do Memorial Cristo Rei, 2015.

espetáculos artísticos sobre o tema. Sendo, ainda, informada a existência do Decreto Lei 3.688/41, que estabelece punições a quem comete o ato de urinar nas ruas, depredar e manchar edificações e espaços públicos⁵⁶.

Figura 47 - Cartaz da Campanha "Centro Histórico não é penico"



Fonte: Rede de Educadores em Museus do Maranhão, 2015.

A 9ª edição da FeliS contou com desenvolvimento de atividades nas escolas da rede municipal e estadual de ensino, em uma programação paralela que contou com palestra sobre literatura e diversos temas da atualidade, além de visitas dos escritores participantes da FeliS. Assim como o envolvimento durante o período da feira, em que grupos de alunos das escolas fizeram parte da programação com apresentações artísticas, teatrais e visitas à feira.

⁵⁶ Ver nota no site do Governo do Maranhão < <http://www.ma.gov.br/casas-de-cultura-do-estado-participam-da-feira-do-livro-de-sao-luis/>>

6. OCUPAÇÃO EFÊMERA: a FeliS e seus impactos no Centro Histórico.

As principais e oficiais valorizações do Centro Histórico de São Luís como importância arquitetônica, histórica, paisagística, urbanística e cultural vem por meio das titulações concebidas pela UNESCO, as recomendações do IPHAN e os diversos estudos que visam garantir que São Luís, enquanto Sítio Histórico Urbano Nacional e Patrimônio Mundial, tenha sua preservação, conservação e proteção mantidas. Contudo, vale ressaltar que um Centro Histórico, sendo parte de uma cidade em crescente desenvolvimento, não é um organismo isolado no passado. A história se preserva através da relação passado-presente-futuro e apenas se sustenta através de medidas que o insiram na vida das pessoas, agentes fundamentais da preservação.

Garantir um Centro Histórico ocupado é garantir a preservação e a perpetuação da história de uma cidade. María Lucía Fernández (2011) afirma, em seu artigo "Memoria urbana e identidad", que as cidades são frutos da memória cultural e do reconhecimento de suas raízes culturais, principalmente por parte dos habitantes, para assim constituir a identidade. Assim como, o estabelecimento da memória urbana ocorre pela relação entre os espaços, as edificações e as experiências.

La ciudad y la arquitectura dialogan y conviven con sus habitantes construyendo un proceso continuo de comunicación y significados, [...]. No solo se componen de elementos físicos, sino que también son constituyentes de ellas el conjunto de costumbres, tradiciones, hábitos y formas de vida de la sociedad. Frente a una concepción "cosística" de la ciudad hoy tendemos a contemplarla como "practice" e interacción social, como arquitectura moral y simbólica y como lugar de la memoria y de la historia colectiva. (FERNÁNDEZ, 2011, p.2).

A Feira do Livro de São Luís como ocupação e arquitetura efêmera remete a um interesse de correlacionar cidade, população e literatura. A FeliS completou, em 2016, dez anos e trouxe como tema "Ler a Cidade e suas Memórias", com a proposta de regaste da memória, dos patronos e do imaginário da cidade por meio da literatura (FELIS, 2016). A feira teve como patrono o poeta Gonçalves Dias, no qual recebeu homenagens e teve sua biografia comentada em palestras e debates. Di-

versas atividades ligadas ao cinema, ao teatro, à produção literária e às exposições foram desenvolvidas durante os sete dias de realização da FeliS.

Nesta edição, a feira ocupou o bairro da Praia Grande: ruas, becos, prédios e praças. Contudo, os espaços utilizados, as estruturas montadas e o tempo de duração da feira tiveram uma redução em relação à edição anterior. Durante a montagem, os sete dias de realização da feira, a desmontagem e os dias posteriores à feira foram observados a relação de um espaço público com um evento efêmero, os impactos gerados pela presença das estruturas e das atividades artístico-culturais dentro do Centro Histórico e a percepção sobre as questões de preservação patrimonial. Além dos pontos de análise da arquitetura e do urbanismo, sendo considerados: os acessos, a acessibilidade, a iluminação, a ventilação, a segurança, os banheiros e os espaços utilizados.

Para o desenvolvimento deste capítulo, no período da FeliS foram aplicados questionários divididos em três tipos: frequentadores, expositores e moradores, além disso foram estabelecidos diálogos com os transeuntes, palestrantes, comissão organizadora e vendedores ambulantes. Assim como, a realização de entrevistas com a arquiteta Lauracy Costa da equipe técnica da SECULT, responsáveis pelo projeto, fiscalização e manutenção da FeliS.

6.1. DADOS OBSERVADOS E COLETADOS - FeliS 2016.

Durante a realização da 10ª edição da Feira do Livro de São Luís, sendo a terceira edição realizada na Praia Grande - Centro Histórico, foi possível observar e analisar pontos referentes à arquitetura e ocupação efêmeras e ao uso do espaço público como fatores essenciais para a convivência, por meio do estabelecimento de eventos e questões necessárias que interessam a arquitetura quando se pensa na relação pessoas e cidade. Para tanto, os pontos observados e questionados aos frequentadores, expositores e moradores foram: os acessos, a iluminação, a ventilação, os banheiros e a segurança.

O bairro da Praia Grande é localizado na região central e possui a Avenida Beira Mar como principal via de acesso, por onde se direciona o fluxo do transporte público, alternativo e dos automóveis particulares. As estruturas efêmeras da Feira do Livro de São Luís foram montadas, conforme a arquiteta Lauracy Costa da SECULT, em um estacionamento próximo à avenida por ser uma área aberta com proporções para receber as estruturas e como forma de facilitar a chegada do público, pois há um terminal de integração de ônibus, o Terminal da Praia Grande, que distribui fluxos para toda região metropolitana.

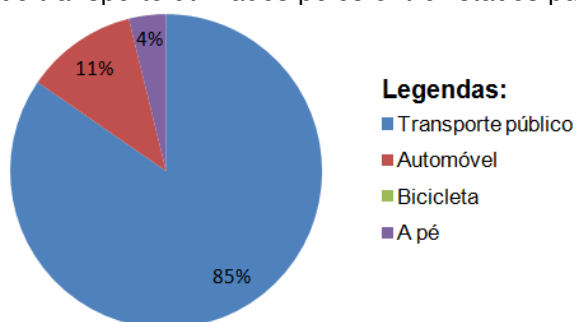
Figura 48 - Projeto de implantação da FeliS-2016.



Fonte: SECULT, 2016.

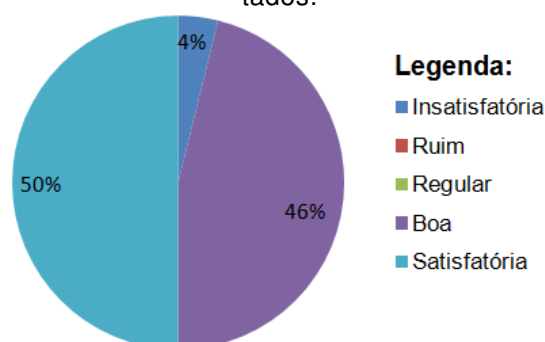
Quando questionados sobre os modos de acesso, os frequentadores da feira se dividiram entre o uso do transporte coletivo, o de automóvel particular e o deslocamento a pé. A localização da FeliS, por estes entrevistados foi considerada satisfatória, justamente pelo fato de estar situada próxima à um terminal de integração. Quanto ao uso do automóvel, as pessoas que o utilizaram não sentiram dificuldades para chegar ao bairro e nem para estacionar, mesmo com a diminuição de vagas devido a ocupação da FeliS, foram apontados o próprio estacionamento em frente ao Centro de Criatividade Odylo Costa Filho, a Rua da Estrela e as outras ruas do entorno como locais em que as pessoas deixaram seus carros.

Gráfico 1 - Modos de transporte utilizados pelos entrevistados para acesso a FeliS.



Fonte: Autora, 2016.

Gráfico 2 - Classificação da localização da FeliS no Centro Histórico de acordo com os entrevistados.



Fonte: Autora, 2016.

Após a análise do projeto de implantação da FeliS-2016, cedido pela Secretaria Municipal de Cultura, foi possível realizar um estudo do conforto ambiental, identificando as condições de conforto térmico e de iluminação natural da localização dentro do projeto. Assim como a relação com a infraestrutura utilizada para adequar os espaços efêmeros para estas condições. O posicionamento da feira em relação ao poente não contribui para um melhor conforto térmico, porém a instalação das tendas de lona com pé-direito alto e abertas nas laterais favorecem a entrada e a circulação da ventilação proveniente do Nordeste.

Figura 49 - Área interna das estruturas efêmeras.



Fonte: Autora, 2016.

Figura 50 - Estruturas efêmeras montadas para abrigar os stands de livros.



Fonte: Autora, 2016.

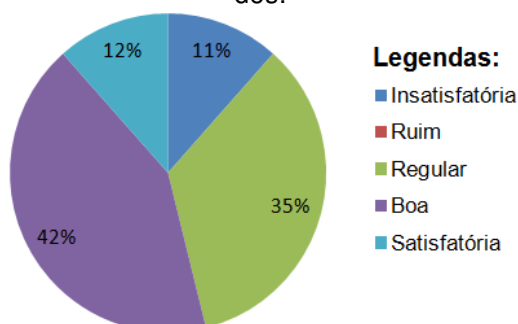
Para auxiliar na ventilação interna foram instalados ventiladores mecânicos e climatizadores de ar de alta potência, tanto nas tendas próximas ao Centro de Criatividade Odylo Costa Filho quanto nas estruturas montadas na Praça Nauro Machado. Para os entrevistados, a ventilação não foi um ponto com muitas reclamações, sobretudo no que se diz respeito aos expositores, pois são quem mais sofrem interferência no conforto térmico.

Figura 51 - Ventilador mecânico de alta potência utilizado internamente.



Fonte: Autora, 2016.

Gráfico 3 - Classificação do Conforto Térmico e Acústico da FeliS de acordo com os entrevistados.



Fonte: Autora, 2016.

A presença de iluminação natural foi garantida durante todo o período da tarde de programações na feira, tornando desnecessária a utilização de iluminação artificial nos espaços da Vila dos Livros, que era semiaberto. A iluminação artificial fez-se necessária apenas nos estandes institucionais e nos auditórios montados, pois estavam localizados em ambientes fechados e após o pôr do sol, sendo utilizados para os espaços abertos os lampiões históricos da Praça da Casa do Maranhão. Nas laterais da FeliS foram instalados geradores com o objetivo de manter a energia durante a realização da feira, uma vez que com a montagem dos espaços houve um aumento na demanda de carga elétrica.

Figura 52 - Iluminação natural da FeliS na Praça Nauro Machado.



Fonte: Autora, 2016.

Figura 53 - Condensadoras dos ares-condicionados e gerador instalados na lateral da Felis.



Fonte: Autora, 2016.

Figura 54 - Estrutura efêmera montada para abrigar os stands na "Vila dos Livros" da Felis.



Fonte: Autora, 2016.

Figura 55 - Estudo de ventilação e iluminação naturais na planta baixa da FeliS-2016.



Fonte: Autora, 2016.

Além dos banheiros da Casa do Maranhão, que contam com cabines para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, e dos banheiros das demais edificações utilizadas, o projeto das instalações efêmeras trazia em sua implantação a localização de dois conjuntos de banheiros químicos femininos e masculinos instalados próximos ao Centro de Criatividade Odylo Costa Filho, onde também foram realizadas atividades relacionadas ao cinema e na área de vivência, o Café Literário, e próximo à Praça Nauro Machado, local em que se concentrou a programação infantil e algumas palestras no período da noite.

Figura 56 - Conjunto de banheiros químicos localizados próximo ao Centro de Criatividade Odylo Costa Filho.

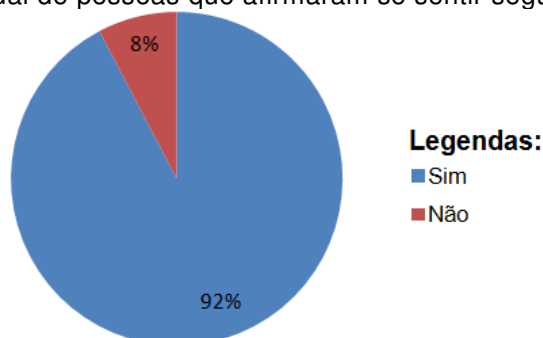


Fonte: Autora, 2016.

O quesito segurança é sempre muito discutido quando se trata de Centro Histórico. Para a realização da FeliS, assim como para outros eventos, é procedimento padrão a solicitação junto a Secretaria de Segurança Pública de reforço no contingente policial. Sendo perceptível o aumento do policiamento no Centro Histórico durante a feira e por todo o perímetro em que foram instaladas as tendas e as estruturas efêmeras (estacionamento próximo ao Centro de Criatividade Odylo Costa Filho, Praça Nauro Machado), assim como nas ruas de acesso como a Rua Portugal e do Trapiche.

Para tanto, quando questionados sobre os motivos que os levavam a frequentar ou não o Centro Histórico, os frequentadores afirmaram, em sua grande maioria, os seguintes pontos como fatores determinantes: 1) a ausência de segurança; 2) a falta de tempo e 3) Atividades atrativas. Entretanto, quando questionados sobre se sentir seguros durante a realização da FeliS, a grande maioria dos entrevistados afirmaram que se sentiam seguros para permanecer no Centro Histórico, conforme demonstra o gráfico 4. A justificativa para as afirmações baseavam-se na presença de outras pessoas e no extensivo policiamento.

Gráfico 4 - Percentual de pessoas que afirmaram se sentir seguras durante a FeliS.



Fonte: Autora, 2016.

No decorrer de toda a realização da FeliS foi possível perceber, observar, acompanhar o trabalho realizado pela equipe técnica da SECULT. Sendo um suporte técnico composto por arquitetos e técnicos, a fim de prestar manutenção, adequar e ajustar as estruturas, conforme a necessidade. Assim como para a resolução de problemas e imprevistos, sobretudo com a questão da acessibilidade e da rede de iluminação.

6.2. ACESSIBILIDADE E ESTRUTURA.

A Norma Brasileira 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT - estabelece os critérios sobre as condições de acessibilidade em edificações, o mobiliário, os espaços e os equipamentos urbanos, devendo ser observados nos projetos, na execução, em reformas e na adaptação dos ambientes. Para a norma, a acessibilidade é definida como:

Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliário, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na zona rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. (NBR 9050:2015, 2015, p.02)

Desta forma, a NBR 9050 deve ser atendida nas mais diversas circunstâncias, inclusive em instalações efêmeras. Portanto, para a análise dos espaços e estruturas utilizadas na 10ª edição da Feira do Livro de São Luís foram consultadas as determinações da norma estabelecidas para a garantia da acessibilidade.

Ao se considerar os pontos da NBR 9050 pode-se afirmar que acessibilidade de forma integral na FeliS não foi atingida. Quando questionada sobre as medidas de acessibilidade, a arquiteta da SECULT ponderou as limitações existentes de intervenções pelo fato da feira estar instalada em um ambiente histórico e esclareceu que as ações provisórias de intervenção foram realizadas visando adequar os

espaços. Sendo utilizados revestimentos para regularizar a superfície, além de rampas para os desníveis existentes, para os stands e circulações.

Na entrada da feira, ao serem montadas as estruturas efêmeras sob o estacionamento ao lado do Centro de Criatividade Odylo Costa Filho, foi criada uma área de vivência rodeada por stands institucionais e de apoio. O revestimento escolhido para cobrir o revestimento asfáltico do estacionamento e parte das pedras portuguesas próximas ao espaço "Pé-de-Livro" é chamado de Easy Floor, que constitui uma manta de plástico polipropileno de alta resistência e impacto, com encaixes intertravados. Sendo muito utilizado em eventos, feiras, shows e gramados por ser de baixo custo, proporcionar uma superfície antiderrapante e possibilitar que ocorra uma troca de umidade como o meio ambiente⁵⁷.

Figura 57 - Piso Easy Floor utilizado nos espaços de circulação da FeliS-2016.



Fonte: Autora, 2016.

Figura 58 - Piso Easy Floor na área de vivência "Pé-de-Livro" da FeliS.



Fonte: Autora, 2016.

O Easy Floor é um tipo de revestimento que exige ser instalado em uma superfície nivelada para cumprir sua função. Ao se analisar estas características, foi percebido que os espaços em que ele foi utilizado na FeliS continham irregularida-

⁵⁷ Ver site da EasyFloor <http://www.easyfloor.com.br/easyfloor.php>

des ocasionadas pelos desníveis no revestimento do estacionamento, desta forma, afetando o bom desempenho do piso. Uma vez que se formaram desníveis na superfície do Easy Floor em que muitas pessoas tropeçaram, sendo um risco iminente de acidentes e inacessibilidade.

A NBR 9050 afirma que os desníveis devem ser evitados em uma rota acessível, contudo quando há um desnível é necessário que ele seja vencido por uma rampa de acordo com as características de inclinação e altura do desnível. As rampas compõem a rota acessível tanto na área externa quanto na área interna e devem possuir a superfície regular, firme, estável, não trepidante, de corretas dimensões e sinalização.

Considerando o disposto no item 6.6 da norma⁵⁸, os desníveis existentes entre o piso e os stands institucionais, a calçada e os auditórios montados foram vencidos por rampas provisórias montadas em madeira e com piso em carpete, estabilizadas (inicialmente estavam soltas devidas ao alto fluxo de pessoas, mas foram adequadas durante a realização da feira, sendo fixadas pela equipe técnica) e, posteriormente, sinalizadas com balizadores.

Figura 59 - Rampa de acesso ao auditório antes de receber a sinalização e proteção na lateral.



Fonte: Autora, 2016.

Em entrevista, a arquiteta Lauracy Costa explicou que para a montagem das estruturas efêmeras da FeliS é realizada normalmente uma licitação. Entretanto, em 2016 ocorreu um convênio com a Associação de Livreiros do Estado do Maranhão (ALEM). As escolhas dos materiais para a estrutura efêmera são feitas baseadas no custo, tempo de execução e na mobilidade, sendo, portanto, dada preferência para as estruturas de tendas móveis.

⁵⁸ Ver NBR 9050, item 6.6 Rampas, p. 58.

Figura 60 - Tendas sendo montadas no estacionamento para a FeliS 2016.



Fonte: Autora, 2016.

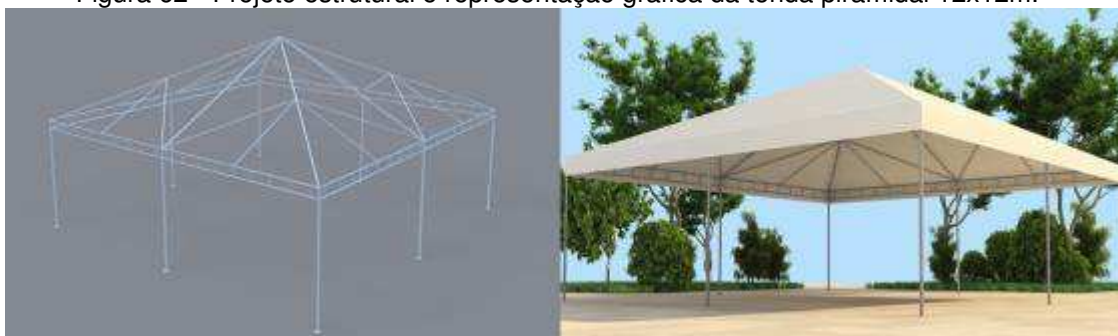
Figura 61- Tendas sendo montadas na Praça da Casa do Maranhão para a FeliS 2016.



Fonte: Autora, 2016.

As tendas selecionadas para o projeto são fabricadas em chapas de ferro tubular, através de encaixes, parafusos e conexões de aço e possuem a cobertura de lona fabricada em laminado de PVC calandrado e com reforço de poliéster impermeável. Foram utilizadas na FeliS três modelos de tendas: as tendas piramidais de 12x12m, de 10x10m e de 8x8m, dispostas entre os espaços da praça da Casa do Maranhão e a Praça Nauro Machado, conforme especificado na planta de implantação na figura 48.

Figura 62 - Projeto estrutural e representação gráfica da tenda piramidal 12x12m.



Fonte: Tendas e Cia, 2016.

Figura 63 - Detalhe da estrutura da tenda utilizada na 10ª FeliS.



Fonte: Autora, 2016.

Figura 64 - Vista da cobertura das tendas instaladas na Rua do Trapiche para a 10ª FeliS.



Fonte: Autora, 2016.

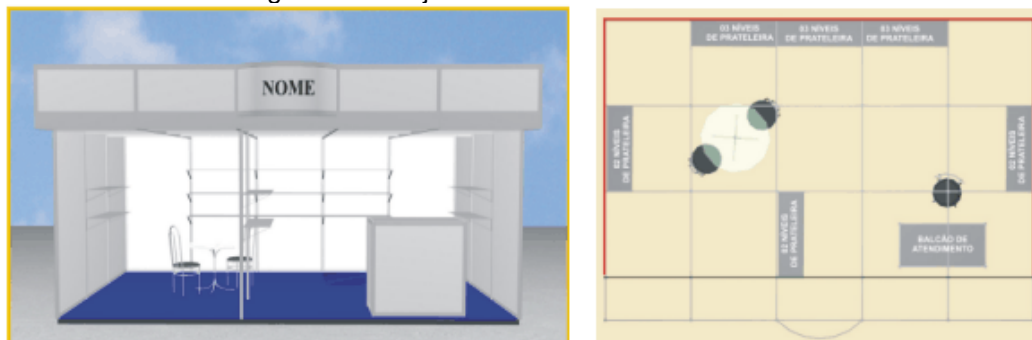
Após a elaboração, o projeto arquitetônico da feira passa pelo procedimento de envio aos órgãos responsáveis, a fim de que seja obtida a liberação para a execução, sendo eles: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, Corpo de Bombeiros, Secretaria de Urbanismo, Secretaria de Meio Ambiente do Município, Secretaria de Meio Ambiente do Maranhão, Delegacia de Costumes, Blitz Urbana, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA - e Conselho de Arquitetura e Urbanismo⁵⁹ - CAU. Ao IPHAN são enviados os projetos contendo os materiais utilizados e a indicação dos logradouros, de forma a serem dadas as recomendações e seja realizada a fiscalização.

Na "Vila dos Livros" foram utilizados stands destinados aos expositores e as instituições, localizados em três espaços da feira: na Praça da Casa do Maranhão, na Rua do Trapiche e dentro da Casa do Maranhão. Os stands também apre-

⁵⁹ Informações obtidas em entrevista com a arquiteta Lauracy Costa da Secretaria Municipal de Cultura, responsável pelo projeto da FeliS 2016.

sentam projeto arquitetônico, sendo respeitadas as dimensões definidas pela organização da FeliS.

Figura 65 - Projeto do Stand utilizado na FeliS.



Fonte: RPS Eventos, 2016.

Na montagem dos stands foram utilizados painéis TS com 2,20m de altura, modulados sobre perfis de alumínio, sob o piso da Praça da Casa do Maranhão e da Rua do Trapiche foram instalados estruturas de madeira, conforme mostra a figura 66, com o objetivo de manter o piso nivelado para receber as estruturas dos stands, em seguida sendo fixada uma cobertura de carpete. No espaço dentro da Casa do Maranhão, o carpete foi fixado diretamente no piso.

Figura 66 - Montagem da estrutura de madeira na Praça da Casa do Maranhão.



Fonte: Autora, 2016.

Figura 67 - Montagem dos stands na 10ª FeliS dentro da Casa do Maranhão.



Fonte: Autora, 2016.

Na 10ª FeliS, apesar da quantidade de espaços ocupados ter sido menor que na edição anterior, foram utilizados espaços lineares e não lineares como: a Casa do Maranhão, Centro de Criatividade Odylo Costa Filho, o Auditório da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, a Escola de Cinema - Unidade Vocacional Praia Grande, o Auditório da Associação Comercial do Maranhão, Casarão Angelus Novus, Praça da Casa do Maranhão, Praça Nauro Machado, estacionamento do Odylo Costa Filho, estacionamento interno da Câmara Municipal, Rua do Trapiche, Rua Portugal e beco Catarina Mina.

Figura 68- Instalações efêmeras na Praça Nauro Machado durante a 10ª FeliS.



Fonte: Autora, 2016.

Figura 69 - Palco montado na Praça Nauro Machado durante a 10ª FeliS.



Fonte: Autora, 2016.

Dentro das edificações e por ruas, beco e praças da Praia Grande foram desenvolvidos debates, oficinas, palestras, peças teatrais, apresentações musicais, lançamentos de livros, cortejos artísticos e recitação de poesias. A importância dos espaços e das atividades desenvolvidas na 10ª FeliS é retratada em seu tema "Ler a cidade e suas Memórias", destacando a necessidade de se aproximar da área patrimonial da cidade, do contexto histórico da origem da cidade, da representação diante da memória coletiva e da ligação com os autores que utilizam a cidade como fonte de inspiração para compor suas obras.

Figura 70 - Cortejo artístico dos movimentos "O Circo tá na Rua" e "Maratuque" pela Rua Portugal na 10ª FeliS.



Fonte: Autora, 2016.

6.3. IMPACTOS GERADOS ANTES, DURANTE E DEPOIS.

Um dos maiores impactos a ser considerado quando se pensa em atividades no Centro Histórico é geração de uma demanda de pessoas. A FeliS é um exemplo de evento que atrai pessoas para o Centro Histórico principalmente no fim de semana, uma vez que nos dias em que não há realização de atividades o perímetro histórico mantém-se vazio, deserto e desprotegido. É interessante refletir não apenas na geração de demanda, mas também no tipo diversificado de pessoas que a feira ajuda a aproximar do centro antigo, pessoas que normalmente não o frequentam por medo, por falta de tempo ou apenas por não encontrarem atividades que sejam de seus agrados.

Ao observar as pessoas, sobretudo no fim de semana da feira, foi possível perceber que o "andar pela cidade", o "andar pela área patrimonial" era realizado de uma forma mais despreocupada e apreciativa. Sendo notória a quantidade de pessoas utilizando seus aparelhos celulares, câmeras e eletrônicos. Ações que, em dias comuns, não seriam ou seriam pouco realizadas. O que nos encaminha a outros pontos de impacto: 1) a percepção do espaço como um ambiente convidativo a permanência e 2) a segurança para realizar ações normais sem a preocupação de se estar em uma área considerada perigosa. Partindo destes pontos, torna-se questionável, discutível e um fator de reflexão a ideia de área perigosa, assim como os motivos de vulnerabilidade que nos levam a considerá-la de tal forma.

Durante a realização da FeliS foi possível verificar alguns dos argumentos utilizados por Jane Jacobs (2011) em "Morte e vida das Grandes Cidades", quando ela afirma que um ambiente urbano pode ser considerado próspero ao se basear no atributo de que as pessoas conseguem se sentir seguras e protegidas por estarem na rua entre diversos desconhecidos. A sensação de segurança pela presença de outras pessoas e de policiamento tornou o ambiente mais vivo e, da forma como foi apresentado, mais propício para a permanência, a troca, a conexão e interações de relações, sendo aspectos de sociabilidade na qual motiva a existência e função dos espaços públicos. E, por consequência, caracteriza os objetivos de apropriação de um espaço que as ocupações efêmeras mantêm dentro do contexto da sociedade e novamente a ideia defendida por Larissa Zarpelon (2013) de que o vínculo entre cidadão e cidade é realizado a partir da ação de devolução da rua ao cidadão⁶⁰.

Ainda considerando o quesito demandas geradas de fluxos e interesses, dois agentes fundamentais para a análise dos impactos se estabelecem: as pessoas que se deslocam para o Centro Histórico em busca da feira como atrativo e as pessoas que moram no Centro Histórico e que participam da feira. Dentro das entrevistas com os frequentadores, muitos afirmaram que não costumavam frequentar o Centro Histórico, exceto em momentos em que ocorriam eventos de seus interesses tais como a FeliS, mas que frequentariam se outras medidas fossem tomadas, como segurança e outras atividades culturais. Desta forma, foi possível perceber o estabelecimento da ideia de movimento espaço-territorial, como fator de transformação do espaço por meio das experiências ali realizadas, e de uma nova percepção do espaço público como um ambiente praticado pelas pessoas que o frequentam.

Um dos questionamentos realizados aos moradores foi em relação ao processo de participação, enquanto consulta pública, na elaboração e estruturação da FeliS. No qual foi respondido que não houve uma interação como a população residente. Contudo, os moradores entrevistados afirmaram que participam das atividades, oficinas, palestras e consideram satisfatória a inserção da feira no Centro Histórico, pois se trata de um evento que motiva debates culturais e também sobre a

⁶⁰ Ver Zarpelon, 2013, p.12. Ver capítulo "Um olhar teórico sobre ocupação e arquiteturas efêmeras" deste trabalho.

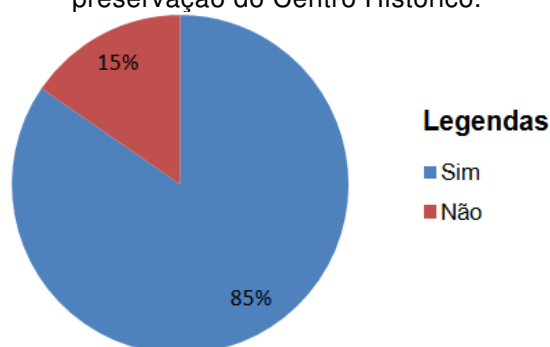
preservação do patrimônio arquitetônico da cidade, diariamente vivenciado por eles. Uma das moradoras comentou que os dias da FeliS são mais tranquilos que nos dias de outros eventos, tanto no quesito barulho quanto no segurança.

Dentro do contexto estabelecido pelas Cartas Patrimoniais, é interessante pensar na Feira do Livro como um evento de integração, uma maneira cultural de envolver as pessoas que residem no centro. A existência de um envolvimento participativo da comunidade do Centro Histórico tanto no que se diz respeito à organização quanto durante o período do evento é um fator determinante para se alcançar a ideia de preservação, pertencimento e memória coletiva. Dado o exemplo da FLIP que, mesmo já nascendo com um projeto de revitalização do espaço público de Paraty, não abriu mão de manter em sua concepção e essência a participação dos moradores da cidade histórica.

Outro ponto de impacto é percebido na influência que a feira exerce no contexto econômico do Centro Histórico. Desta forma, destaca-se que, no fim de semana da FeliS as lojinhas do entorno do Praia Grande funcionaram, assim como permaneceram abertas até o horário de fechamento da feira, ou seja, às 22h. Fato observado e comentados pelas pessoas que estiveram pela FeliS, uma vez que estas atividades não são desempenhadas ao longo dos fins de semana em que não ocorrem eventos no Centro Histórico. A arquiteta Lauracy Costa afirmou que as pessoas que trabalham no entorno, durante o período da feira, apresentam um ganho considerável. Assim como, os outros tipos de atividades comerciais desenvolvidas por meio de ambulantes como vendedores de água, de sorvete, pipoca, artesanato e afins.

O diálogo estabelecido com participantes, expositores, frequentadores e vendedores ambulantes foram de essencial importância para que a percepção dos pontos de vistas distintos e complementares sobre a feira, o patrimônio e a cidade. A maioria considerou que a feira é um evento que colabora para a preservação, uma vez que estar localizada dentro do Centro Histórico potencializa a oportunidade de aproximar as pessoas para o mesmo, além de ser mais um espaço para o diálogo e debate sobre a história da cidade e um despertar para o interesse da população pelas questões patrimoniais, sendo vista como parte da cidade e das origens.

Gráfico 5 - Percentual de pessoas que consideram a FeliS como um evento que colabora para a preservação do Centro Histórico.



Fonte: Autora, 2016.

De certo ainda há muito que se fazer na questão patrimonial. Convém reconhecer que a realização da FeliS não deve ser vista como única forma de intervenção urbana para buscar a preservação patrimonial, uma vez que o contexto histórico que envolve seu surgimento é diferente do realizado pela FLIP, por exemplo. Contudo, a sua promoção é uma maneira de concentrar, atrair e ampliar uma demanda de pessoas para o Centro Histórico e, desta forma, estimular o interesse dos cidadãos pelo patrimônio e gerar o sentimento de pertencimento por meio do conhecimento, das artes e da literatura. Conforme sugere a classificação da Larissa Zarpeiron (2013), a FeliS se encaixaria no quesito de promoção do patrimônio através de atividades culturais efêmeras na forma indireta.

O estímulo à Educação Patrimonial é destaque em diversas Cartas Patrimoniais e, durante as entrevistas e diálogos na FeliS, um expositor de Brasília comentou que uma feira realizada dentro de um Centro Histórico é um grande potencial para se discutir não somente o incentivo a leitura, mas também possibilitar que as pessoas possam conhecer a arquitetura e o patrimônio local. Assim como, é importante considerar o que Raquel Noronha (2015) comenta em seu livro "No Coração da Praia Grande" sobre os elos de relacionamento entre as novas gerações e o centro antigo. Sendo necessária a realização de um trabalho que dê sentido à ida das crianças e jovens à feira, que indique os motivos, a concentração de ideias e a familiarização com o espaço.

Com o término da FeliS, foi possível observar outros pontos que fazem parte não apenas da realidade do Centro Histórico, mas também das outras partes da cidade e que é de responsabilidade de todos. Durante a realização da feira, prevendo o aumento considerável de demanda, foram disponibilizados latões de lixo em

todos os espaços utilizados na feira. Contudo, contrariando a existência de um local apropriado para o despejo de lixo, o que mais podia se encontrar era lixo espalhado pelo chão.

Da mesma forma que foi percebida a utilização dos becos, das paredes e dos postes como local para urinar, embora estivessem disponíveis conjuntos de banheiros químicos pela área. Desta forma, vale ressaltar sobre a importância da realização das campanhas de educação patrimonial, de conscientização, de defesa e do estabelecimento de diálogo para a preservação do patrimônio, assim como, o combate à depredação do patrimônio. A exemplo da Campanha "Patrimônio não é penico" realizada na 9ª edição da FeliS.

O último ponto de impacto se refere ao potencial para crescimento da FeliS, uma vez que o desenvolvimento da feira pode vir a se expressar como um provável atrativo turístico de grande proporção. Seguindo exemplo da FLIP, FLIPORTO e da Feira do Livro de Porto Alegre, feiras literárias utilizadas como referências neste trabalho, que com o passar dos anos e seus crescimentos absorveram grande notoriedade no cenário literário, cultural e turístico do país.

É perceptível que a cada ano existe uma repercussão maior da FeliS, notando-se inclusive por meio das atrações e da estrutura utilizada. Ao longo da entrevista, a arquiteta Lauracy Costa afirmou que o fato da feira se estabelecer no Centro Histórico oferece a possibilidade de crescimento e abre espaço para as questões turísticas. Não apenas para a feira, mas também para o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Centro Antigo e para a cidade de São Luís como um todo.

Por fim, o maior impacto está na reflexão da FeliS como um evento efêmero em um espaço público de uma área patrimonial e o seu potencial para ser um dos mecanismos que diminuam, de forma lúdica e atrativa, a distância entre a origem histórica da cidade, da arquitetura, do patrimônio e a vida e o dia a dia da população. A Feira do livro de São Luís representa para o Centro Histórico uma forma de ocupação que gera conhecimento, discute a preservação e auxilia a desenvolver o sentimento de pertencimento nas pessoas. Além de acrescentar vida na cidade antiga e ajudar a valorizar um espaço que é um marco na constituição da história da capital maranhense.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho Ocupação Efêmera da Feira do Livro de São Luís e seus impactos no Centro Histórico percorreu um processo de observação e vivência do Centro Histórico de São Luís, relacionando o patrimônio com as atividades efêmeras em um espaço público que configura ser uma ocupação. A partir deste ponto, fez-se a apreensão de conhecimentos sobre os conceitos de ocupação e arquitetura efêmeras dentro do espaço público e da relação entre eventos artístico-culturais e Centros Históricos, considerando o objetivo de compreender os impactos que uma intervenção efêmera pode ocasionar em um ambiente histórico.

Desse modo, entendeu-se que a contextualização da história de fundação da cidade e seus espaços públicos são fatores que contribuem para a compreensão da cidade de São Luís como espaço patrimonial. Sobretudo, quando são considerados os processos de desenvolvimento do traçado urbano e as construções arquitetônicas, fatores que se encaixaram nos critérios de integridade e autenticidade definidos pela ICOMOS, sendo indispensáveis para a inscrição da cidade de São Luís na Lista de Patrimônio Mundial pela UNESCO. Assim como os critérios dispostos nas Cartas Patrimoniais como informações importantes para o desempenho da análise.

Esta pesquisa considera que os processos de ocupação e arquitetura efêmera, por meio de um evento artístico-cultural em um Centro Histórico, trazem pontos de reflexão e resgate para o espaço público no qual a atividade se realiza, uma vez que estabelece um vínculo entre cidade e população possibilitando o desenvolvimento da relação de sociabilidade, apropriação e pertencimento. Além de ser um modo de transformação da cidade que deixa suas marcas no espaço urbano, por se tratar de uma oportunidade de requalificação que leva em conta a realidade da vida urbana e de quem a utiliza.

Destaca-se que a inserção de um evento de caráter efêmero em um Centro Histórico se torna interessante quando associado à ideia de patrimônio, pois é estabelecida uma forte ligação de recuperação, mesmo que simbólica, dos espaços públicos e dos edifícios. Evidenciando uma proposta de preservação dos espaços de

memória coletiva, atraindo demanda para despertar e promover o interesse da população pela vivência, estimulando a presença humana e consolidando o território patrimonial como parte da cidade que também precisa ser vivida e construindo um elo entre as pessoas e o patrimônio.

Nesse sentido, este trabalho rematou que a realização de eventos artístico-culturais dentro de um Centro Histórico, enquanto requalificação desse espaço público, pode ser classificada de forma direta e indireta, evidenciando o grau de intenção de um evento ao ser concebido e a forma como se relaciona com a preservação patrimonial, com as pessoas e os laços de afetividade com a cidade. Além de possibilitar a integração de públicos diferentes do habitual e a diversificação dos usos e funções do espaço. Ao considerar o Centro Histórico de São Luís e os critérios de classificação, a Feira do Livro de São Luís - FeliS funciona como uma intervenção efêmera artístico-cultural que se estabelece de forma indireta.

Percebeu-se que a presença de feiras literárias em um Centro Histórico é uma medida que apresenta diversos fatores para as suas concepções, contudo, o objetivo final está em uma intervenção efêmera que vise a integração, o diálogo e uma forma de reconhecimento e respeito pelo acréscimo que tanto a literatura quanto a arquitetura exercem na história local. Seja pela busca de aumento de demanda, seja por um projeto de revitalização de uma cidade ou pelo contexto histórico existente e desenvolvido ao longo dos anos, como representam respectivamente a FLIPORTO (PE), a FLIP (RJ) e Feira do Livro de Porto Alegre (RS) dentro dos aspectos estudados.

O estudo feito sobre o histórico e desenvolvimento da Feira do Livro de São Luís contribuiu para a percepção dos espaços históricos já utilizados pela feira, as estruturas efêmeras utilizadas, as formas de implantação e a sua relação com as questões patrimoniais. Uma vez que a FeliS, ao longo dos 10 anos de existência, esteve presente em espaços lineares e não lineares que são marcos para a cidade de São Luís como, por exemplo, a Praça Maria Aragão, a Praça Gonçalves Dias, o Ceprama, o Convento das Mercês e o bairro da Praia Grande.

Para cada espaço já utilizado e em diversas edições da FeliS, foram desenvolvidas atividades que buscavam correlacionar e discutir a cidade, a literatura e o patrimônio, intensificando a valorização do patrimônio cultural e da memória coletiva.

va tanto pelo olhar da arquitetura e do urbanismo quanto pela poesia, pelos contos e crônicas dos escritores maranhenses. Justificando o objetivo principal da feira, especificado dentro da Lei Municipal que a instituiu, de ocupar os espaços patrimoniais e promover o incentivo à literatura.

Na 10ª edição da Feira do Livro de São Luís, em 2016, foi possível compreender e analisar os critérios estudados e identificados nos capítulos anteriores deste trabalho. Na qual foi visualizada, com clareza, a relação presente-passado-futuro que uma ocupação efêmera de caráter artístico-cultural reserva para um Centro Histórico e o impacto que estabelece entre a população que vivencia o espaço diariamente, a que passa a frequentar por encontrar um atrativo e a que reside neste ambiente.

Mediante o cenário encontrado em campo, foi entendido que garantir que o organismo cidade se movimente é essencial para manter preservada a sua história, seus monumentos e seu acervo cultural e arquitetônico. Contudo, é necessário que isto seja planejado de forma a contribuir de fato para a preservação. Ao utilizar como tema "Ler a Cidade e suas Memórias", a FeliS abriu espaço para aprofundar as relações com os espaços patrimoniais e concretizar a sua estadia no bairro da Praia Grande, ocupando as ruas, os becos e os casarões.

Os impactos gerados pela feira permeiam as questões de interesse da arquitetura e do urbanismo, quando é pensada a arquitetura efêmera utilizada. Uma vez que alguns pontos são indispensáveis para a compreensão da dinâmica da intervenção como: os acessos utilizados, o conforto térmico e acústico dos ambientes projetados, da iluminação natural e artificial empregada, a acessibilidade conforme prevê a NBR 9050, a segurança do local e a própria estrutura utilizada. Além da demanda de fluxos e interesses gerados, a preservação patrimonial, o potencial de crescimento da feira e a influência que possui na economia do Centro Histórico.

Desta forma, é importante considerar a realização da FeliS como um evento efêmero que apresenta um despertar pelo respeito, pela ideia de cuidado e representatividade. Ao ser classificada como uma intervenção que requalifica o espaço urbano do Centro Histórico de forma indireta por atrair demanda e estimular o interesse dos cidadãos pelo patrimônio. A partir do momento em que a pessoas

passam a sentir que a cidade e a história também são partes delas e que a preservação deste Centro Histórico é feita por meio da compreensão e da ação de todos.

Para que as medidas que visam alcançar os objetivos da feira sejam concretizadas de forma a beneficiar o espaço público do perímetro histórico é necessário que se estabeleça uma integração entre as esferas do poder, as instituições, as ONGs, a sociedade civil e a população. Portanto, a participação da população na construção dos conceitos das edições da feira e o incentivo desde o ensino infantil e básico à Educação Patrimonial, prevista nas Cartas Patrimoniais, são pontos a serem considerados. Assim como políticas públicas que promovam a manutenção desse espaço público, favoreçam a ocupação e estimulem a vivência além das datas em que os eventos são realizados.

Assim, este trabalho considera a instalação da Feira do Livro de São Luís no Centro Histórico da cidade, não como uma solução definitiva para os problemas que envolvem as questões patrimoniais, mas como um caminho, ou melhor, uma oportunidade de ocupação, mesmo efêmera, que estimula a reflexão, o diálogo e a integração. Disponível e acessível a todos os cidadãos, de forma democrática e inclusiva, contribuindo para aproximar a população do Centro Histórico e, por consequência, da história e da arquitetura que envolve a formação da cidade. Ou seja, buscando estabelecer relações humanas com a cidade de São Luís e seu perímetro histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALOMA, Patricia Rodriguez. **El Espacio Público, ese protagonista de la ciudad.** Disponível em: <<http://www.plataformaurbana.cl/archive/2013/11/14/el-espacio-publico-ese-protagonista-de-la-ciudad/>> Acesso em julho de 2016.

BALDISSERA, Doris. **Apropriação de espaços públicos em centros urbanos: Caxias do Sul 1910-2010.** Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre/RS.-- 2011. 238 f.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade.** São Paulo: FFLCH, 2007, 123p.

COSTA, Benhur Pinós da. **Por uma Geografia do Cotidiano: Território, Cultura e Homoerotismo na Cidade.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

COSTA, Everaldo Batista da. **Patrimônio e Território Urbano em Cartas Patrimoniais do Século XX.** Finisterra, XLVII, 93, 2012, pp 5-28.

JEUDY, Henri Pierre; JACQUES, Paola Berenstein [Organizadores]: **Corpos e cenários urbanos : territórios urbanos e políticas culturais** / [textos : Henri Pierre Jeudy, Patrick Baudry ... [et al.] ; tradução : Rejane Janowitzzer ; revisão técnica : Lílian Fessler Vaz. - Salvador : EDUFBA ; PPG-AU/FAUFBA, 2006.182 p.

JIMÉNEZ, Jaime Núñez; MESENTIER, Leonardo Marque de. **Eventos efêmero-artísticos num espaço público: A praça São Salvador, Rio de Janeiro.** Universidade Federal Fluminense - Niterói/RJ - 2015.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Documentos, 1969.

LIRA, Ana Clara Côrtes de. **Cidades Efêmeras - proposta de enfoque urbanístico no estudo da relação dos Megas Eventos de Rua com os espaços públicos. Estudo de Caso da Festa de Nossa Senhora da Purificação, Santo Amaro (BA).** Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia - Salvador/BA, 2002.

LISBOA, Virginia Santos. **Eventos programados e suas dinâmicas espaciais: São Paulo em Foco.** Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

LOPES, José Antonio Viana. **São Luís, capital moderna e cidade colonial: Antonio Lopes da Cunha e a preservação do patrimônio cultural ludovicense.** - São Luís: Fundação Municipal de Cultura, 2013.

NARDI, Letícia. **Centro Histórico: entre a preservação e a dinâmica urbana** - 1. ed. -Curitiba: editora Appris, 2015. 235p.

NARDI, Letícia; CASTELLS, Alicia N. G; **Contexto Urbano como Paisagem Cultural: Reflexões a partir do Centro Histórico de Paranaguá** – PR. Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade – PGAU-Cidade.

NASCIMENTO, Adriana Gomes do. **(Arte) e (cidade): ação cultural e intervenção efêmera.** Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, – 2009.357 f.

NETO, José Bello Salgado; PFLUEGER, Grete Soares. **Aspectos urbanos de São Luís: uma abordagem multidisciplinar.** São Luís: Ed.UEMA, 2012.

Patrimônio mundial: fundamentos para seu reconhecimento – A convenção sobre proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, de 1972 : para saber o essencial. __ Brasília, DF : Iphan, 2008. 80 p

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** -- 4ª ed. -- São Paulo: Brasiliense, 2012. -- (Coleção Primeiros Passos: 2003).

ROMANO, Leonora; DE PARIS, Sabine Ritter; NEUENFELDT JÚNIOR, Álvaro Luiz. **Estudo das Evoluções e Tecnologias da Arquitetura Itinerante.** Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS -- 2013.

SAMPAIO, Anne Marie Moreira. **Arte, Cidade, Esfera Pública: As ações efêmeras no espaço urbano.** Anais do VIII Fórum de Pesquisa Científica em Arte. Curitiba: ArtEmbap, 2011.

SÃO LUÍS (Município). **Lei Municipal nº 4.449, de 11 de janeiro de 2005.** Institui a Feira de Livros no Município de São Luís e dá outras providências. Diário Oficial do Município, nº 11 de 17 de janeiro de 2005.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e Emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

São Luís - Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem.-- Ed. bilingüe.-- Sevilla : Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008. 448 p. : il. fot. col. y n. ; 26 cm + Plano guía de arquitectura.-- (Guías de Arquitectura).

SILVA, Aline Martins da; LAY, Maria Cristina Dias. **A Realização de Eventos no Espaço Público da Cidade: Lazer e Transformação da Paisagem.** Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo Mercosul. Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2012.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação** – 4. ed. rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2005. 138p.

SILVA, Georgia Patrícia da. **De volta à Praia Grande: o “velho” centro com o “novo” discurso/** Georgia Patrícia da Silva. – 2010. 200 f.

VELOSO, Mariza. **Espaço público, estética, política e memória.** Universidade de Brasília - Brasília, 2000.

ZARPELON, Larissa Francez. **Espaço público e ocupação efêmera: a Virada Cultural como instrumento de requalificação do Centro Histórico de São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2013.

Sites:

Atlas da região metropolitana da Grande São Luís - IPEA. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/141125_atlas_sao_luis> Acesso em: setembro de 2016.

Bem Blogado. Disponível em <<http://bemblogado.com.br/site/a-feira-do-livro-uma-festa-cultural-em-porto-alegre/>> Acesso em: setembro de 2016.

Câmara do Livro de Porto Alegre. Disponível em <<http://www.camaradolivro.com.br/>> Acesso em: setembro de 2016.

Casa Azul. Disponível em <<http://www.casaazul.org.br/projetos/flip/>> Acesso em: setembro de 2016.

Centro Histórico de São Luís - IPHAN. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/34>> Acesso em: setembro de 2016.

Feeling Eventos. Disponível em <<https://feelingeventos.wordpress.com/tag/flip/>> Acesso em: setembro de 2016.

Feira do Livro de Porto Alegre. Disponível em <<http://www.feiradolivro-poa.com.br/a-feira/>> Acesso em: setembro de 2016.

Feira do Livro de São Luís - FeliS. Disponível em <<http://www.feiradolivrodesaoluis.com.br/>> Acesso em: julho de 2016.

Festa Literária de Paraty. Disponível em <<http://flip.org.br/a-flip/sobre>> Acesso em: setembro de 2016.

G1 - Maranhão. Disponível em <<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2016/09/serenata-historica-celebra-aniversario-de-404-anos-de-sao-luis.html>> Acesso em: setembro de 2016.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/>> Acesso em: julho de 2016.

Mauro Muniz Arquitetura. Disponível em <<http://www.mauromunhoz.arq.br/>> Acesso em: setembro 2016

Pelas Vias das Dúvidas. Disponível em <<https://pelasviasdaduvida2.files.wordpress.com/2012/11/anne-marie-sampaio-arte-cidade-esfera-pc3bablica-ac3a7c3b5es-efc3aameras-no-espac3a7o-urbano.pdf>> Acesso em: setembro de 2016.

Prefeitura de Paraty. Disponível em <<http://www.paraty.com.br/historia.asp>> Acesso em: setembro de 2016.

ONG DESARQUIVO. Disponível em <http://desarquivo.org/sites/default/files/prado_ana_sentidos_santateresa.pdf> Acesso em: setembro de 2016.

Secretaria de Estado da Cultura do Estado do Paraná, Coordenação do Patrimônio Cultural. Disponível em

<<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=264>> Acesso em: setembro de 2016.

Universidade de Caxias do Sul. Disponível em <http://www.ucs.br/ucs/tpl/VSemintur%20eventos/seminarios_semintur/semin_tur_7/gt11/arquivos/11/07_24_04_Silva_Lay> Acesso em: setembro de 2016.

UNESCO - Lista do Patrimônio Mundial. Disponível em <<http://whc.unesco.org/en/list/821>> Acesso em: setembro de 2016.

Vitruvius. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.058/495>> Acesso em: setembro de 2016.

Vitruvius. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/12.051/4151>> Acesso em: setembro de 2016.

APÉNDICE

QUESTIONÁRIO - ENTREVISTA
Para: Frequentadores da FeliS.

1. Idade
() 0 a 18 () 19 a 30 () 31 a 60 () mais de 60
2. Sexo
() F () M
3. Procedência: _____
4. Com que regularidade você costuma frequentar o Centro Histórico?
() Diariamente () Às vezes () Raramente () Nunca Por quê?

5. Qual a sua opinião sobre a localização da FeliS no Centro Histórico?
() Insatisfatória () Ruim () Regular () Boa () Satisfatória
6. Como você classifica o acesso à FeliS?
() Insatisfatório () Ruim () Regular () Bom () Satisfatório
7. Qual meio de transporte você utilizou para chegar à FeliS? Se de transporte particular (carro, moto, bicicleta), onde estacionou?

8. O que você pensa sobre a infraestrutura da FeliS?
() Insatisfatória () Ruim () Regular () Boa () Satisfatória
9. Qual o grau de conforto térmico e acústico (calor e barulho) das estruturas utilizadas na FeliS?
() Insatisfatória () Ruim () Regular () Boa () Satisfatória
10. Como você classifica a acessibilidade nos espaços utilizados pela FeliS?
() Insatisfatória () Ruim () Regular () Boa () Satisfatória
11. Você se sente seguro para permanecer no Centro Histórico durante a realização do evento?
() Sim () Não
12. Como você classifica a preservação do Centro Histórico?
() Insatisfatória () Ruim () Regular () Boa () Satisfatória
13. Você acredita que a Feira do Livro contribui para a preservação do Centro Histórico?
() Sim () Não Por que?

Para você o que falta no Centro Histórico?

QUESTIONÁRIO - ENTREVISTA
Para: Moradores.

1. Idade

0 a 18 19 a 30 31 a 60 mais de 60

2. Sexo

F M

3. Há quanto tempo você reside no Centro Histórico? _____

4. Você frequenta a FeliS?

Sim Não

5. Qual a sua opinião sobre a localização da FeliS no Centro Histórico?

Insatisfatória Ruim Regular Boa Satisfatória

6. Qual a sua participação no processo de elaboração e estruturação da Felis?

7. Qual o principal impacto da FeliS no cotidiano de morador? Barulho? Sujeira? Violência?

8. Como você classifica a preservação do Centro Histórico?

Insatisfatória Ruim Regular Boa Satisfatória

9. Você acredita que a Feira do Livro contribui para a preservação do Centro Histórico?

Sim Não

Por quê?

QUESTIONÁRIO - ENTREVISTA
Para: Expositores/Livreiros

1. Idade
() 0 a 18 () 19 a 30 () 31 a 60 () mais de 60
2. Sexo
() F () M
3. Procedência: _____
4. Você já participou das outras edições da FeliS com expositor?
() Sim () Não
5. Qual a sua opinião sobre a localização da FeliS no Centro Histórico?
() Insatisfatória () Ruim () Regular () Boa () Satisfatória
6. O que você pensa sobre a infraestrutura da FeliS?
() Insatisfatória () Ruim () Regular () Boa () Satisfatória
7. Como você classifica a estrutura disponibilizada para os estandes de livros?
() Insatisfatória () Ruim () Regular () Boa () Satisfatória
8. Qual o grau de conforto térmico e acústico (calor e barulho) das estruturas utilizadas na FeliS?
() Insatisfatória () Ruim () Regular () Boa () Satisfatória
9. Qual o grau de luminosidade nos estandes na FeliS?
() Insatisfatória () Ruim () Regular () Boa () Satisfatória
10. Como você classifica a acessibilidade nos espaços utilizados pela FeliS?
() Insatisfatória () Ruim () Regular () Boa () Satisfatória
11. Você acredita que a Feira do Livro contribui para a preservação do Centro Histórico?
() Sim () Não

Por quê?
